



GABARITO COMENTADO · 01

# Simulado TDAS 360

SEDES/DF · Técnico Administrativo (TDAS 202) · Estilo Quadrix

Parabéns por concluir o simulado! Aqui está a correção comentada de todas as 60 questões. A alternativa correta está destacada em verde, com a explicação logo abaixo. Use os erros como mapa de estudo: cada questão que você errou aponta um tópico pra revisar.

## CONHECIMENTOS GERAIS

### Texto para as questões de 1 a 6.

#### Instruções para chorar

Deixando de lado os motivos, atenhamo-nos à maneira correta de chorar, entendendo por isto um choro que não penetre no escândalo, que não insulte o sorriso com sua semelhança desajeitada e paralela. O choro médio ou comum consiste numa contração geral do rosto e um som espasmódico acompanhado de lágrimas e muco, este no fim, pois o choro acaba no momento em que a gente se assoa energicamente.

Para chorar, dirija a imaginação a você mesmo, e se isto lhe for impossível por ter adquirido o hábito de acreditar no mundo exterior, pense num pato coberto de formigas ou nesses golfos do estreito de Magalhães nos quais não entra ninguém, nunca.

Quando o choro chegar, você cobrirá o rosto com delicadeza, usando ambas as mãos com a palma para dentro. As crianças chorarão esfregando a manga do casaco na cara, e de preferência num canto do quarto. Duração média do choro, três minutos.

*CORTÁZAR, Júlio. Instruções para chorar. In: Histórias de cronópios e de famas. São Paulo: Editora Best Seller, 2013.*

### QUESTÃO 1

Do segundo parágrafo em diante, predomina no texto um traço que foge às características de um texto narrativo comum. Assinale a opção que apresenta essa característica.

- (A) O emprego de verbos de ação no pretérito.
- (B) A presença do discurso direto.
- (C) A intertextualidade com um poema épico bastante conhecido.
- (D) A clara presença de opiniões e teses, característica do texto dissertativo-argumentativo.

(E) A presença de instruções e conselhos que se assemelham ao gênero injuntivo. ✓

Gabarito: **E**

#### COMENTÁRIO

O gabarito é a letra E. Embora o título e o pano de fundo sugiram narração, do segundo parágrafo em diante o texto deixa de contar uma história e passa a dar comandos ao leitor: "dirija a imaginação a você mesmo", "pense num pato coberto de formigas", "você cobrirá o rosto com delicadeza". Esse uso de verbos no imperativo e no futuro com valor de orientação é a marca do gênero injuntivo (instrucional), o mesmo de receitas e manuais, e é exatamente o que foge do narrativo comum.

As demais estão erradas. A letra A descreve justamente um traço narrativo, não algo que foge dele, e o texto sequer privilegia o pretérito de ação. A letra B é falsa porque não há diálogo com travessões nem falas de personagens. A letra C inventa uma intertextualidade com poema épico que não se confirma no texto. A letra D confunde injuntivo com dissertativo-argumentativo: o texto dá instruções, mas não defende teses nem expõe opiniões para convencer.

Regra de ouro: verbo que manda fazer (imperativo) ou ensina passo a passo é gênero injuntivo/instrucional, típico de receita, bula e manual.

## QUESTÃO 2

Assinale a opção em que o trecho do texto apresenta uma linguagem claramente próxima ao registro coloquial, do dia a dia.

- (A) "O choro médio ou comum consiste numa contração geral do rosto e um som espasmódico acompanhado de lágrimas e muco".
- (B) "As crianças chorarão esfregando a manga do casaco na cara". ✓
- (C) "que não insulte o sorriso com sua semelhança desajeitada e paralela".
- (D) "e se isto lhe for impossível por ter adquirido o hábito de acreditar no mundo exterior".
- (E) "Duração média do choro, três minutos".

Gabarito: **B**

### COMENTÁRIO

O gabarito é a letra B. O trecho "As crianças chorarão esfregando a manga do casaco na cara" usa vocabulário simples e concreto do cotidiano ("esfregando", "manga do casaco", "na cara"), próximo da fala do dia a dia. "Na cara", em vez de "no rosto", é o detalhe mais coloquial e popular do conjunto.

As outras alternativas trazem registro mais formal ou técnico. A letra A usa termos como "contração geral do rosto" e "som espasmódico", linguagem quase científica. A letra C tem construção rebuscada e abstrata ("insulte o sorriso com sua semelhança desajeitada e paralela"). A letra D é sintaticamente elaborada e culta. A letra E é um registro telegráfico e técnico de manual ("Duração média do choro, três minutos"), não a fala espontânea do cotidiano.

Regra de ouro: registro coloquial se reconhece pelo vocabulário simples e concreto do dia a dia; "cara" em vez de "rosto" já denuncia a informalidade.

## QUESTÃO 3

No trecho "pense num pato coberto de formigas ou nesses golfos do estreito de Magalhães nos quais não entra ninguém, nunca", assinale a opção que apresenta a forma correta a ser substituída pelo pronome relativo "nos quais" (uma locução pronominal relativa).

- (A) em que ✓
- (B) que
- (C) cujos neles
- (D) quais
- (E) para os quais

Gabarito: **A**

### COMENTÁRIO

O gabarito é a letra A. A locução "nos quais" equivale a "em + os quais". Repondo o termo antecedente, lê-se "golfos nos quais não entra ninguém", ou seja, "golfos EM QUE não entra ninguém". A preposição "em" é exigida pelo sentido (entrar EM algum lugar), então a forma equivalente correta é "em que", que mantém a preposição.

As demais falham por suprimir ou trocar a preposição. A letra B ("que") elimina o "em" necessário, gerando "golfos que não entra ninguém", agramatical. A letra D ("quais") também perde a preposição. A letra C ("cujos neles") é um amontoado sem cabimento, pois "cujo" indica posse e aqui não há relação possessiva. A letra E ("para os quais") troca a preposição certa ("em") por "para", alterando o sentido: quem não entra, entra EM, não PARA.

Regra de ouro: "em + o(s) qual(is)" = "em que"; ao substituir pronome relativo, conserve sempre a mesma preposição que o verbo pede.

#### QUESTÃO 4

“Para chorar, dirija a imaginação a você mesmo”. Nesse período, a oração “Para chorar” representa

- (A) uma condição sem a qual o ato de dirigir a imaginação a si mesmo não ocorre.
- (B) a causa do ato de dirigir a imaginação a si mesmo.
- (C) a finalidade do ato de dirigir a imaginação a si mesmo. ✓
- (D) a consequência do ato de dirigir a imaginação a si mesmo.
- (E) uma explicação para o ato de dirigir a imaginação a si mesmo.

Gabarito: **C**

#### COMENTÁRIO

O gabarito é a letra C. A oração reduzida "Para chorar" responde à pergunta "para quê?" e indica o objetivo, o propósito da ação de dirigir a imaginação a si mesmo. É uma oração subordinada adverbial final, introduzida por "para", que exprime finalidade.

As demais confundem circunstâncias. A letra A (condição) caberia a "se", "caso", "a menos que", e não a "para". A letra B (causa) responderia a "por quê?" com ideia de motivo já existente ("porque", "já que"), o que não é o caso. A letra D (consequência) indicaria resultado ("de modo que", "tão... que"), sentido ausente aqui. A letra E (explicação) também não cabe, pois "Para chorar" não justifica nem esclarece o que vem depois, apenas aponta o fim a ser alcançado.

Regra de ouro: "para" + verbo no infinitivo, respondendo a "para quê?", é oração de finalidade (adverbial final).

#### QUESTÃO 5

No trecho “O choro médio ou comum consiste numa contração geral do rosto e um som espasmódico acompanhado de lágrimas e muco, este no fim, pois o choro acaba no momento em que a gente se assoa energicamente”, para manter o sentido original e a correção gramatical, a conjunção “pois” só poderia ser substituída por

- (A) que. ✓

- (B) por quê.
- (C) conquanto.
- (D) posto que.
- (E) malgrado.

Gabarito: **A**

#### COMENTÁRIO

O gabarito é a letra A. No trecho, "pois" vem entre vírgulas iniciando uma oração que explica/justifica o que foi dito antes ("o choro acaba no momento em que a gente se assoa"). Esse "pois" tem valor explicativo-causal e equivale a "que" (no sentido de "porque"), conjunção que pode substituí-lo mantendo o sentido e a correção: "o muco vem no fim, que o choro acaba quando a gente se assoa".

As demais alteram o sentido ou erram a gramática. A letra B ("por quê") é uma forma interrogativa/substantivada, não conjunção, e quebraria a frase. As letras C ("conquanto"), D ("posto que") e E ("malgrado") são todas concessivas, com sentido de "embora", "ainda que", oposto ao valor causal/explicativo do "pois" do texto. Trocar causa por concessão inverte a lógica do período.

Regra de ouro: "pois" depois da oração principal costuma ser explicativo (= "porque"/"que"); "conquanto", "posto que" e "malgrado" são concessivos (= "embora") e não servem de substitutos.

## QUESTÃO 6

A respeito da forma verbal “atenhamo-nos”, no trecho “Deixando de lado os motivos, atenhamo-nos à maneira correta de chorar...”, é correto afirmar que trata-se

- (A) de um verbo na primeira pessoa do singular do presente do subjuntivo.
- (B) de um verbo na primeira pessoa do plural do presente do indicativo.
- (C) de um verbo na primeira pessoa do plural do pretérito imperfeito do subjuntivo.
- (D) de um verbo na primeira pessoa do plural do imperativo afirmativo. ✓
- (E) de um verbo na primeira pessoa do plural do futuro do presente do indicativo.

Gabarito: **D**

### COMENTÁRIO

O gabarito é a letra D. A forma "atenhamo-nos" é do verbo "ater-se" na 1ª pessoa do plural do imperativo afirmativo ("nós", com valor de exortação: "prestemos atenção", "limitemo-nos"). No imperativo afirmativo de "nós", o pronome "-nos" liga-se ao verbo e ocorre a perda do "s" final (atenhamos + nos = atenhamo-nos), exatamente o que se vê no texto. O contexto confirma o convite à ação conjunta: "atenhamo-nos à maneira correta de chorar".

As demais erram pessoa, número ou modo. A letra A fala em singular, mas a forma é plural ("nós"). A letra B (presente do indicativo) seria "atemo-nos", sem o "nh" característico do subjuntivo/imperativo de "ter" e derivados. A letra C (pretérito imperfeito do subjuntivo) seria "nos ativéssemos". A letra E (futuro do presente) seria "ater-nos-emos". A grafia "atenhamo-" com queda do "s" diante de "-nos" é a pista do imperativo afirmativo de 1ª pessoa do plural.

Regra de ouro: verbo de 1ª pessoa do plural que perde o "s" final antes de "-nos" e exprime exortação (" façamo-lo", "atenhamo-nos") é imperativo afirmativo.

## QUESTÃO 7

Em conformidade com a Lei Complementar no 840/2011 e as suas alterações, as quais dispõem acerca do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Distrito Federal, das autarquias e das fundações públicas distritais, assinale a alternativa que indica deveres do servidor,

- (A) Atualizar, mesmo quando não solicitado, os próprios dados cadastrais,
- (B) Representar contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder, apenas quando ocorridos na sua repartição.
- (C) Guardar sigilo relacionado à assunto da repartição. ✓
- (D) Atender o público em geral com celeridade, prestando as informações requeridas, mesmo quando protegidas por sigilo.
- (E) Levar ao conhecimento da autoridade superior as falhas, as vulnerabilidades e as irregularidades das quais tiver ciência, desde que não tenham relação com o cargo público ou a função de confiança.

Gabarito: **C**

### COMENTÁRIO


O gabarito é a letra C. Entre os deveres do servidor previstos na LC 840/2011 está guardar sigilo sobre assunto da repartição. É dever clássico de lealdade e discricção funcional, reproduzido também em outros estatutos (a exemplo da Lei 8.112/1990), e está corretamente enunciado na alternativa.

As demais distorcem os deveres com palavras-armadilha. A letra A insere "mesmo quando não solicitado", o que descaracteriza a obrigação real, que é atualizar os dados quando solicitado. A letra B restringe o dever de representar contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder "apenas quando ocorridos na sua repartição", limitação que a lei não faz. A letra D manda prestar informações "mesmo quando protegidas por sigilo", o que contraria o próprio dever de sigilo. A letra E inverte o dever de levar irregularidades ao conhecimento da autoridade superior ao condicioná-lo a fatos "sem relação com o cargo", quando o que importa são justamente as irregularidades de que o servidor tem ciência no exercício da função.

Regra de ouro: em questão de deveres, desconfie de palavras que restringem ou ampliam indevidamente ("apenas", "mesmo quando não solicitado", "ainda que protegido por sigilo"); o dever puro, sem condicionantes inventadas, costuma ser o certo.

## QUESTÃO 8

No que concerne ao processo disciplinar previsto na Lei Complementar Distrital nº 840/2011 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Distrito Federal, das Autarquias e das Fundações Públicas Distritais), assinale a alternativa que apresente corretamente a ordem e as fases do processo disciplinar.

- (A) Instauração; probatória; contraditório; judicante; homologação
- (B) Instauração; instrução; defesa; relatório; julgamento 
- (C) Averiguação; instalação; instrução; defesa; julgamento
- (D) Averiguação; instrução; defesa; julgamento; homologação
- (E) Instauração; defesa; relatório; julgamento; homologação; sanção

Gabarito: **B**

### COMENTÁRIO

O gabarito é a letra B. O processo disciplinar (sindicância e processo administrativo disciplinar) previsto na LC 840/2011 segue, em regra, a sequência lógica de instauração (ato da autoridade que abre o processo e designa a comissão), instrução (fase de apuração e produção de provas), defesa (oportunidade de o servidor acusado se defender, em respeito ao contraditório e à ampla defesa), relatório (peça em que a comissão conclui pela inocência ou responsabilidade) e julgamento (decisão final da autoridade competente). É a ordem que combina apuração, defesa e decisão na ordem natural.

As demais erram ao trocar a nomenclatura oficial ou a ordem. A letra A usa termos que não correspondem às fases (probatória, judicante, homologação). As letras C e D começam por averiguação e inserem etapas como instalação e homologação que não estruturam o rito disciplinar dessa forma. A letra E inverte a posição da defesa, colocando-a antes do relatório de modo a fragilizar o contraditório, e acrescenta fases avulsas (homologação, sanção).

Regra de ouro: o disciplinar caminha do começo ao fim na ordem do bom senso: abre (instauração), apura (instrução), ouve a defesa, conclui (relatório) e decide (julgamento).

## QUESTÃO 9

Acerca das disposições relacionadas à Lei Complementar Distrital nº 840/2011, assinale a alternativa correta.

- (A) No âmbito do Distrito Federal, a vacância do cargo público decorre exclusivamente de exoneração do servidor público.
- (B) A parcela da remuneração relativa a alimentação tem caráter indenizatório. ✓
- (C) Mediante a respectiva solicitação, é pago ao servidor, por ocasião das férias, um adicional correspondente a um terço da remuneração ou subsídio do mês em que as férias forem iniciadas.
- (D) Ao servidor é devido auxílio-transporte, a ser pago em pecúnia ou em vale-transporte, destinado ao custeio total das despesas realizadas com transporte coletivo, inclusive interestadual, no início e no fim da jornada de trabalho, relacionadas com o deslocamento da residência para o trabalho e vice-versa.
- (E) A conversão de um terço das férias em abono pecuniário independe de autorização do governador, do presidente da Câmara Legislativa ou do presidente do Tribunal de Contas.

Gabarito: **B**

### COMENTÁRIO

O gabarito é a letra B. Na LC 840/2011, as parcelas pagas a título de alimentação (auxílio-alimentação) têm natureza indenizatória, ou seja, destinam-se a ressarcir/cobrir despesa do servidor e não integram a remuneração para fins de incidência de contribuição nem se incorporam aos proventos. Por isso a afirmação está correta.

As outras estão erradas. A letra A é falsa porque a vacância não decorre exclusivamente de exoneração: há outras hipóteses (como posse em outro cargo inacumulável, aposentadoria, demissão e falecimento). A letra C erra ao condicionar o terço de férias a solicitação, pois o adicional de um terço é devido por ocasião das férias independentemente de pedido. A letra D extrapola ao incluir o transporte interestadual no custeio do auxílio-transporte, que se volta ao deslocamento residência-trabalho em transporte coletivo, não a viagens interestaduais. A letra E é falsa porque a conversão de parte das férias em abono pecuniário depende de autorização da autoridade competente.

Regra de ouro: verba de alimentação e transporte = caráter indenizatório (não é salário); e vacância tem várias portas de saída, não só a exoneração.

## QUESTÃO 10

A Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE) conta com um órgão responsável por coordenar e articular as ações relacionadas a ela, atuando como instância administrativa de integração entre os entes envolvidos e cabendo-lhe, entre outras atribuições, aprovar e supervisionar planos, programas e projetos. Esse órgão é denominado:

- (A) Câmara Legislativa do Distrito Federal e Entorno (CLDF-E).
- (B) Conselho Administrativo da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (COARIDE). ✓
- (C) Conselho Metropolitanamente de Desenvolvimento do Distrito Federal (CMDF).
- (D) Comitê Gestor do Programa Especial de Desenvolvimento do Entorno (CGPED).
- (E) Secretaria Integrada de Planejamento do Distrito Federal e Goiás (SIPDF-GO).

Gabarito: **B**

### COMENTÁRIO

A alternativa A está correta porque o órgão responsável por coordenar e articular as ações da RIDE, funcionando como instância administrativa de integração entre os entes envolvidos, é o Conselho Administrativo da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno, o COARIDE. Entre suas atribuições estão coordenar as ações da RIDE, aprovar e supervisionar planos, programas e projetos, articular a atuação dos entes federativos e acompanhar as medidas voltadas às funções públicas de interesse comum.

As demais alternativas erram porque apresentam órgãos inexistentes ou que não exercem essa função. A Câmara Legislativa do Distrito Federal é o Poder Legislativo do DF, e não um órgão de articulação da RIDE; a RIDE não se confunde com região metropolitana, de modo que não existe o citado conselho metropolitanamente; e os nomes apresentados nas alternativas D e E são invenções que não correspondem ao órgão de articulação previsto para a RIDE.

Regra de ouro: sempre que a questão falar em coordenar e articular as ações da RIDE, pense em COARIDE, o Conselho Administrativo da RIDE.

No Resumo 360: seção "COARIDE" e quadro "RIDE - Regra para prova" (Órgão de articulação: COARIDE).

## QUESTÃO 11

Acerca da base normativa e da finalidade da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE), assinale a alternativa correta.

- (A) A RIDE foi criada com fundamento na Lei Complementar nº 94/1998 e regulamentada pelo Decreto nº 7.469/2011, destinando-se a substituir a autonomia administrativa dos municípios que a integram.
- (B) A RIDE foi criada pela Lei Orgânica do Distrito Federal e regulamentada pelo Decreto nº 7.469/2011, destinando-se à articulação da ação administrativa entre o Distrito Federal e os Estados de Goiás e Bahia.
- (C) A RIDE foi criada com fundamento na Lei Complementar nº 94/1998 e regulamentada pelo Decreto nº 7.469/2011, destinando-se à articulação da ação administrativa apenas entre a União e o Distrito Federal.
- (D) A RIDE foi criada com fundamento na Lei Complementar nº 840/2011 e regulamentada pelo Decreto nº 7.469/2011, destinando-se à articulação da ação administrativa da União, de Goiás e do Distrito Federal.
- (E) A RIDE foi criada com fundamento na Lei Complementar nº 94/1998 e regulamentada pelo Decreto nº 7.469/2011, destinando-se à articulação da ação administrativa da União, dos Estados de Goiás e Minas Gerais e do Distrito Federal. ✓

Gabarito: E

### COMENTÁRIO

A alternativa A está correta porque a RIDE foi criada com fundamento na Lei Complementar nº 94/1998 e regulamentada pelo Decreto nº 7.469/2011, e tem por finalidade a articulação da ação administrativa da União, dos Estados de Goiás e Minas Gerais e do Distrito Federal, em torno de funções públicas de interesse comum.

As demais alternativas erram ao trocar um dado essencial. A alternativa B inverte a finalidade, pois a RIDE não elimina nem substitui a autonomia administrativa dos entes envolvidos. A alternativa C erra a base de criação, que é a LC nº 94/1998, e troca Minas Gerais por Bahia. A alternativa D restringe indevidamente a articulação apenas à União e ao DF, deixando de fora os Estados de Goiás e Minas Gerais. A alternativa E confunde a base legal, citando a LC nº 840/2011, que trata do regime jurídico dos servidores do DF, e não da criação da RIDE.

Regra de ouro: RIDE igual LC nº 94/1998 mais Decreto nº 7.469/2011, articulando União, DF, Goiás e Minas Gerais.

No Resumo 360: seções "Base normativa da RIDE" e "Finalidade da RIDE" e quadro de normas (LC nº 94/1998 e Decreto nº 7.469/2011).

## QUESTÃO 12

Foi criada uma Comissão Especial no âmbito do Conselho dos Direitos das Mulheres do Distrito Federal, composta por representantes do poder público e da sociedade civil, a fim de apresentar sugestões e propostas à versão preliminar do II Plano Distrital de Políticas para Mulheres do Distrito Federal (II PDPM-DF). Sobre os órgãos e entidades integrantes dessa comissão especial, analise as afirmativas abaixo.

- I. Secretaria de Justiça (SEJUS).
- II. Associação Brasileira das Mulheres de Carreira Jurídica (ABMCJ).
- III. Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN).
- IV. Fórum dos Direitos da Mulher do Mercosul Seção DF (FMM).
- V. Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT).

Estão corretas as afirmativas:

**(A)** I, II, III, IV e V



**(B)** I, III e V apenas

**(C)** II, III, IV e V apenas

**(D)** I, III, IV e V apenas

**(E)** II, IV e V apenas

Gabarito: **A**

### COMENTÁRIO

O gabarito é a letra A: todos os órgãos e entidades listados (I a V) integraram a Comissão Especial. A questão cobra a leitura literal do documento do II Plano Distrital de Políticas para Mulheres do DF, que descreve a composição da comissão com representantes do poder público e da sociedade civil. Os cinco itens (SEJUS, ABMCJ, CODEPLAN, FMM e MPDFT) constam dessa relação, de modo que a alternativa que reúne I, II, III, IV e V é a única integralmente correta.

As demais alternativas (B, C, D e E) estão erradas justamente porque excluem um ou mais integrantes que de fato participaram da comissão. Em questões de composição de colegiados, basta que um item verdadeiro fique de fora para que a alternativa restritiva se torne incorreta.

Regra de ouro: quando a banca pede composição de comissão/conselho e todos os itens são reais, desconfie do apenas: a resposta tende a ser a que inclui todos.

### QUESTÃO 13

No Plano Distrital de Políticas Públicas para as Mulheres (PDPM), o eixo 7 trata da cultura, do esporte, da comunicação e da mídia. Entre as metas citadas nesse eixo corresponde

- (A) à implantação da rota da diversidade no Distrito Federal.
- (B) ao aumento do número de mulheres com acesso a linhas de crédito para ação empreendedora.
- (C) a realização de pesquisas relacionadas à temática de gênero e diversidade.
- (D) à ampliação do quantitativo das Casas da Mulher Brasileira. ✓
- (E) a elaboração de um plano de comunicação voltado para as políticas de gênero.

Gabarito: **D**

#### COMENTÁRIO

Gabarito: B. O objetivo geral é restrito a Articular, Avaliar e Monitorar (AAM). A lista mais ampla descreve as funções do CAM (AAMA + apoiar, incentivar e subsidiar), e não o objetivo geral.

### QUESTÃO 14

O SAMU 192 é um serviço gratuito, que funciona 24 horas, por meio da prestação de orientações e do envio de veículos tripulados por equipe capacitada. Isso posto, assinale a alternativa que justifica a chamada do Samu 192:

- (A) Cólicas renais.
- (B) Corte com pouco sangramento.
- (C) Entorses.
- (D) Ocorrência de problemas cardiorrespiratórios. ✓
- (E) Transporte de óbito.

Gabarito: **D**

#### COMENTÁRIO

O gabarito é a letra D. O SAMU 192 é o serviço de atendimento móvel de urgência, voltado a situações graves e emergenciais que exigem atendimento imediato e transporte em veículo com equipe capacitada. Problemas cardiorrespiratórios (como parada, dor no peito intensa, dificuldade grave para respirar) são exatamente o tipo de urgência/emergência que justifica acionar o SAMU.

As demais não se enquadram. Cólicas renais (A) e entorses (C) costumam ser quadros que, embora dolorosos, não configuram risco imediato de morte e podem ser conduzidos em atendimento comum. Corte com pouco sangramento (B) é situação leve, de primeiros socorros simples, sem necessidade de ambulância de urgência. Transporte de óbito (E) não é função do SAMU, que atende vítimas com vida e em situação de urgência, não remoção de corpos.

Regra de ouro: SAMU é para urgência/emergência com risco à vida (coração, respiração, trauma grave); quadro leve ou sem risco imediato não justifica a chamada.

## QUESTÃO 15

De acordo com o Guia Rápido de Primeiros Socorros da Secretária Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (2022), as convulsões são contrações violentas, incoordenadas e involuntárias de parte ou totalidade dos músculos, provocadas por doenças neurológicas e não neurológicas. Elas podem ser causadas por traumatismo na cabeça, intoxicações, epilepsia e febre alta. Disponível em: <[https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos, noticias/2020-2/abril/ministerio-publica-guiade-prevencao-acidentes-domesticos-e-primiperevrenocsaos-oacciodernrteoss-A/450n2-dpedfa](https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/abril/ministerio-publica-guiade-prevencao-acidentes-domesticos-e-primiperevrenocsaos-oacciodernrteoss-A/450n2-dpedfa)>. Acesso em: 18 jan. 2022. No caso de alguma criança apresentar um quadro de convulsão durante o trajeto do transporte escolar, os procedimentos que devem ser seguidos são:

- (A) preserve a criança de qualquer perigo, afastando objetos ao seu redor; mantenha a tranquilidade e afaste os curiosos; proteja a cabeça da criança; retire óculos, caso tenha; lateralize a cabeça da criança para evitar que aspire secreções; ofereça um copo com água; e acione o serviço de emergência.
- (B) preserve a criança de qualquer perigo, afastando objetos ao seu redor; mantenha a tranquilidade e afaste os curiosos; proteja a cabeça da criança; retire óculos, caso tenha; imobilize os membros; afrouxe suas vestes; administre a medicação apropriada; e acione o serviço de emergência.
- (C) preserve a criança de qualquer perigo, afastando objetos ao seu redor; mantenha a tranquilidade e afaste os curiosos; proteja a cabeça da criança; retire óculos, caso tenha; lateralize a cabeça da criança para evitar que aspire secreções; afrouxe suas vestes; e acione o serviço de emergência. ✓
- (D) proteja a criança de olhares de estranhos ao seu redor, segurando-a no colo e levando-a para um lugar afastado; mantenha a tranquilidade; ofereça um copo com água; e acione o serviço de emergência.
- (E) proteja a criança de qualquer perigo, afastando objetos ao seu redor; imobilize os membros; administre a medicação apropriada; e acione o serviço de emergência.

Gabarito: **C**

### COMENTÁRIO

O gabarito é a letra C. Diante de uma convulsão, a conduta correta é proteger a pessoa do entorno (afastar objetos), manter a calma e afastar curiosos, proteger a cabeça, retirar óculos, lateralizar a cabeça para evitar aspiração de secreções, afrouxar as vestes e acionar o serviço de emergência. A letra C reúne exatamente esses passos, sem incluir nenhuma medida contraindicada.

As erradas trazem condutas perigosas. A letra A repete os passos certos, mas inclui oferecer um copo com água, o que é proibido durante a crise (risco de aspiração e engasgo). A letra B e a letra E mandam imobilizar os membros e administrar medicação, ambas inadequadas: não se deve conter à força quem convulsiona (risco de lesão) nem medicar por conta própria sem orientação. A letra D ignora os cuidados essenciais (proteger cabeça, lateralizar), sugere segurar a criança no colo e ainda oferece água, contrariando o protocolo.

Regra de ouro: na convulsão, proteja e lateralize; nunca dê água, nunca imobilize à força e nunca medique por conta própria.

## QUESTÃO 16

Nos termos da Lei Orgânica do Distrito Federal:

- (A) O órgão ambiental do Distrito Federal deverá divulgar, anualmente, relatório de qualidade da água distribuída à população.
- (B) Os proprietários ou concessionários rurais ficam obrigados, na forma da lei, a conservar o ambiente de suas propriedades ou lotes rurais, ou a recuperá-los exclusivamente com as espécies nativas devastadas.
- (C) Os projetos com significativo potencial poluidor, após a realização do estudo de impacto ambiental e da audiência pública, estão dispensados de submissão da apreciação pelo Conselho de Meio Ambiente do Distrito Federal, quando o órgão competente pelo licenciamento ou a autoridade responsável pela realização da audiência pública assim o dispensarem,.
- (D) O Poder Público estimulará a eficiência energética e a conservação de energia, sendo vedada a utilização de fontes alternativas de energia, mesmo que não poluidoras.
- (E) As terras públicas, consideradas de interesse para a proteção ambiental, não poderão ser transferidas a particulares, ✓ a qualquer título.

Gabarito: **E**

### COMENTÁRIO

O gabarito é a letra E. A Lei Orgânica do Distrito Federal protege as terras públicas consideradas de interesse para a proteção ambiental, vedando sua transferência a particulares a qualquer título. A regra resguarda áreas de relevância ambiental contra a privatização, garantindo sua função de proteção.

As demais contêm vícios. A letra B erra ao exigir a recuperação exclusivamente com as espécies nativas devastadas, restrição que não corresponde ao dever amplo de conservar e recuperar o ambiente. A letra C é incorreta porque dispensar projetos de significativo potencial poluidor da apreciação ambiental contraria a lógica de controle e licenciamento desses empreendimentos. A letra D é claramente falsa, pois o Poder Público estimula a eficiência energética e não veda fontes alternativas não poluidoras, ao contrário, incentiva-as. A letra A inverte ou distorce o comando ao tratar de relatório de qualidade da água nos termos que apresenta, divergindo da previsão correta.

Regra de ouro: terra pública de interesse ambiental não vira propriedade particular; e medida que dispensa controle ambiental ou proíbe energia limpa costuma ser a errada.

### QUESTÃO 17

Considerando o regime de progressão previsto na Lei Distrital nº 7.484/2024, que dispõe sobre a Carreira Pública de Desenvolvimento e Assistência Social do Distrito Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) A progressão depende de prévia publicação do ato pela autoridade competente para que produza efeitos funcionais.
- (B) A progressão é vedada aos servidores que ainda se encontrem em estágio probatório.
- (C) A progressão ocorre de forma automática, sendo dispensada a publicação do ato, e deve ser registrada nos assentamentos funcionais do servidor. ✓
- (D) A progressão consiste na passagem do último padrão de uma classe para o primeiro padrão da classe imediatamente superior.
- (E) A progressão somente se concretiza após homologação por comissão específica, ainda que o servidor esteja em efetivo exercício.

Gabarito: **C**

#### COMENTÁRIO

A alternativa B está correta porque, segundo a Lei Distrital nº 7.484/2024, a progressão ocorre de forma automática, com dispensa da publicação do ato, devendo apenas ser registrada nos assentamentos funcionais do servidor.

As demais alternativas erram em pontos centrais. A alternativa A contraria a lei, pois a publicação do ato é justamente dispensada. A alternativa C está incorreta porque a lei garante a progressão aos servidores em estágio probatório, desde que preenchidos os requisitos legais. A alternativa D descreve, na verdade, o conceito de promoção funcional, que envolve mudança de classe, e não de progressão, que ocorre dentro da mesma classe. A alternativa E inventa uma exigência de homologação por comissão que não existe na lei, contrariando o caráter automático da progressão.

Regra de ouro: progressão na 7.484 é automática, dispensa publicação, registra-se nos assentamentos e vale até no estágio probatório.

No Resumo 360: Capítulo VII (Da Progressão), itens "Progressão automática" e "Progressão durante estágio probatório", e quadro de revisão da progressão.

## QUESTÃO 18

Maria e João mantinham união estável há três anos, baseado na Lei Maria da Penha marque a alternativa CORRETA:

- (A) João feriu Maria com arma branca (faca), mas não podia ser punido porque tem transtorno mental (disgnóstico de dependência etílica), assim foi sensibilizado por equipe multidisciplinar para realizar tratamento de saúde contra o vício em drogas (álcool).
- (B) João ameaçou Maria de morte por 02 vezes e em uma ocasião atentou contra sua vida, porém, como Maria dependia financeiramente de João, é vedado ao Juiz, determinar a medida de privação de liberdade, assim foi aplicado penas pecuniárias: doação de cestas básicas a comunidade carente e multas.
- (C) João praticou violência física contra Maria em local público, o ato foi considerado flagrante, diante disso foi conduzindo para a Delegacia, porém ao identificar que ele apresentava transtorno mental ( dependência em drogas lícitas), o agente público o encaminhou para os órgãos de assistência social para realizar o cadastro em programas assistenciais do governo federal, estadual e municipal.
- (D) Maria sofreu vários tipos de violência doméstica e para preservar sua integridade física e psicológica o Juiz aplicou a medida de proteção, afastando João de Maria, contudo assegurou a manutenção do vínculo trabalhista dele, uma vez que era o único provedor da família.
- (E) João em uma crise de ciúmes quebrou o celular de Maria, objeto que tinha suas contas bancárias, utilizado também ✓ como instrumento de trabalho, por isto a ação dele foi considerada violência patrimonial.

Gabarito: **E**

### COMENTÁRIO

O gabarito é a letra E. A Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) define violência patrimonial como toda conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens e valores da mulher. Quebrar o celular de Maria, que continha suas contas bancárias e servia de instrumento de trabalho, destrói bem patrimonial e meio de trabalho, configurando exatamente violência patrimonial.

As demais estão erradas. A letra A é falsa porque transtorno mental ou dependência química não exime de responsabilização e proteção à vítima; a lei não substitui a proteção por mero tratamento do agressor. A letra B contraria a lei ao afirmar vedação à prisão e aplicação de penas pecuniárias como cesta básica e multa, expressamente repudiadas pela Lei Maria da Penha. A letra C também é incorreta porque a dependência química não converte o flagrante de agressão em simples encaminhamento assistencial. A letra D distorce a medida protetiva: o foco é proteger a integridade da vítima, e não preservar o vínculo do agressor sob justificativa de ele ser o provedor.

Regra de ouro: destruir/reter bens, documentos ou instrumentos de trabalho da mulher = violência patrimonial; e na Maria da Penha são vedadas penas de cesta básica e multa isolada, sem afastar a responsabilização do agressor.

## QUESTÃO 19

A Lei nº 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, expressa que “Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social.”, Assinale a opção correta, referente à Lei Maria da Penha.

- (A) A Lei Maria da Penha é aplicada em qualquer ação que configure violência contra a mulher e que lhe cause morte, lesão, sofrimento sexual ou psicológico e dano patrimonial.
- (B) A violência psicológica é entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.
- (C) Verificada a existência de risco atual ou iminente à vida ou à integridade física da mulher em situação de violência doméstica e familiar, o agressor será imediatamente afastado do lar, por autoridade policial.
- (D) As medidas protetivas de urgência terão prazo determinado de, no máximo, 12 meses, e poderão ser renovadas nos casos em que persistir risco à integridade física, psicológica, sexual, patrimonial ou moral da ofendida ou de seus dependentes.
- (E) A medida protetiva de urgência poderá ser cumulada com a monitoração eletrônica do agressor, sendo disponibilizado à vítima dispositivo de segurança que a alerte em caso de aproximação. ✓

Gabarito: **E**

### COMENTÁRIO

A alternativa E está correta porque a Lei Maria da Penha admite que a medida protetiva de urgência seja cumulada com a monitoração eletrônica do agressor, sendo disponibilizado à vítima dispositivo de segurança que a alerte em caso de aproximação. Esse instrumento de proteção foi incorporado à lei justamente para conferir efetividade ao afastamento e antecipar o socorro à mulher.

As demais estão erradas por trocas pontuais no texto legal. A letra A peca ao dizer "sofrimento sexual ou psicológico": a lei fala em sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial, então o recorte é incompleto. A letra B confunde violência psicológica com violência moral, pois é esta última que abrange calúnia, difamação e injúria. A letra C erra ao atribuir o afastamento imediato do agressor à autoridade policial em qualquer caso, quando a regra geral é a determinação pelo juiz, cabendo ao delegado ou ao policial apenas em hipóteses específicas previstas em lei e em localidades sem outra autoridade disponível. A letra D inventa um prazo máximo de 12 meses para as medidas protetivas, prazo que a lei não estabelece, pois elas vigoram enquanto persistir o risco.

Regra de ouro: violência moral é a dos crimes contra a honra (calúnia, difamação, injúria); violência psicológica é o dano emocional e ao controle da vida da mulher. Não troque uma pela outra.

## QUESTÃO 20

Qual é o órgão responsável por dar atenção especial e prioridade às situações dispostas na Lei Maria da Penha?

- (A) Departamento de Ordem Pública e Social.
- (B) Divisão Policial das Relações Sexuais e de Gênero.
- (C) Setor Criminal de Perícia Alternativa.
- (D) Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher. ✓
- (E) Secretaria Municipal da Assistência e Promoção Produtiva.

Gabarito: **D**

### COMENTÁRIO


A alternativa D está correta porque a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) é o órgão estruturado especificamente para dar atenção especial e prioritária às situações de violência doméstica e familiar tratadas pela Lei Maria da Penha, integrando o atendimento policial especializado às mulheres.

As demais alternativas trazem órgãos genéricos ou inexistentes para esse fim. Departamento de Ordem Pública e Social, Divisão Policial das Relações Sexuais e de Gênero e Setor Criminal de Perícia Alternativa não são as estruturas que a lei e a política de enfrentamento à violência elegem como porta de entrada prioritária. A Secretaria Municipal da Assistência e Promoção Produtiva atua na rede de assistência social, mas não é o órgão de atendimento especializado a que a questão se refere.

Regra de ouro: na Lei Maria da Penha, atendimento especializado e prioritário à mulher tem nome e sobrenome, é a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM).

### QUESTÃO 21

Os procedimentos administrativos relacionados às tarefas simples, sem maior complexidade, como pedidos e requerimentos, e os procedimentos administrativos associados às decisões que impõem obrigações de fazer ou não fazer, restringindo direitos dos cidadãos, são denominados, respectivamente,

- (A) controle e tributário.
- (B) disciplinar e gestão.
- (C) sancionador e outorga.
- (D) expediente e restritivos de direito, 
- (E) sancionador e restritivos de direito.

Gabarito: **D**

#### COMENTÁRIO

A alternativa D está correta. Os procedimentos administrativos ligados a tarefas simples, sem maior complexidade, como pedidos e requerimentos, são os procedimentos de expediente; já aqueles que impõem obrigações de fazer ou não fazer e restringem direitos dos cidadãos são os procedimentos restritivos de direito. A questão pede exatamente essa correspondência nessa ordem.

As demais alternativas misturam categorias que não correspondem ao par pedido. Em "sancionador e restritivos de direito" (letra E), o erro está no primeiro termo: o procedimento de tarefa simples é o de expediente, e não o sancionador, que é o voltado a apurar e aplicar penalidades. As letras A, B e C combinam rótulos (controle, tributário, disciplinar, gestão, outorga) que não descrevem o primeiro elemento do enunciado, que é o ato corriqueiro de pedido e requerimento.

Regra de ouro: tarefa simples, pedido e requerimento é procedimento de expediente; o que cria obrigação e restringe direito do cidadão é restritivo de direito.

## QUESTÃO 22

Um determinado servidor público municipal, a fim de beneficiar um colega de infância, alterou a ordem cronológica de alguns processos administrativos, de modo que o processo de seu colega foi elevado ao topo da apreciação. A partir dessa situação hipotética, é correto afirmar que, diante dessa conduta, o servidor público concorreu para

- (A) violação aos princípios da impessoalidade e da moralidade administrativa, por favorecer interesse pessoal em detrimento do interesse público. ✓
- (B) atuação legítima da Administração Pública, desde que não haja prejuízo financeiro ao erário.
- (C) exercício regular de discricionariedade administrativa, uma vez que a ordem de análise dos processos pode ser alterada livremente.
- (D) mera falha procedimental, sanável sem repercussão ética ou funcional.
- (E) observância do princípio da eficiência, ao priorizar processo de maior relevância social.

Gabarito: **A**

### COMENTÁRIO

A alternativa A está correta. Ao alterar a ordem cronológica dos processos para beneficiar um colega de infância, o servidor favoreceu interesse pessoal em detrimento do interesse público, violando ao mesmo tempo o princípio da impessoalidade (que exige tratamento igualitário, sem privilégios) e o da moralidade administrativa (que impõe atuação ética, honesta e de boa-fé). Há, inclusive, dever legal de observar a ordem cronológica de conclusão dos processos justamente para evitar esse tipo de favorecimento.

As demais alternativas tentam legitimar a conduta. A letra B condiciona a regularidade à ausência de prejuízo financeiro, mas a ilegalidade independe de dano ao erário. A letra C invoca discricionariedade para dizer que a ordem pode ser alterada livremente, o que é falso, pois não existe liberdade para favorecer alguém. A letra D minimiza o fato como mera falha sem repercussão ética ou funcional, quando há clara violação de princípios e dever funcional. A letra E inverte o sentido ao falar em eficiência, que jamais justifica preterir os demais administrados por motivo pessoal.

Regra de ouro: favorecer pessoa por motivo particular atinge sempre impessoalidade (sem privilégios) e moralidade (conduta honesta), independentemente de haver prejuízo ao cofre público.

### QUESTÃO 23

Quanto ao poder de polícia conferido à Administração Pública, assinale a opção correta.

- (A) O poder de polícia conferido à Administração Pública somente se relaciona com as questões de segurança,
- (B) O exercício do poder de polícia conferido à Administração Pública pode ser desempenhado por qualquer órgão da Administração Pública Direta.
- (C) Considera-se poder de polícia a atividade da Administração Pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou a abstenção de fato, em razão de interesse público. ✓
- (D) A cobrança de taxas pela União, pelos estados, pelo Distrito Federal e pelo município, no âmbito de suas respectivas atribuições, em nada se vincula ao poder de polícia conferido à Administração Pública,
- (E) Não integram o interesse público regulado pelo poder de polícia questões relacionadas à higiene, à ordem, à disciplina da produção e do mercado e ao respeito à propriedade,

Gabarito: **C**

#### COMENTÁRIO

A alternativa C está correta porque reproduz o conceito clássico de poder de polícia, adotado pela doutrina e pela legislação tributária: é a atividade da Administração Pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou a abstenção de fato, em razão de interesse público.

As demais alternativas restringem ou negam indevidamente o instituto. A letra A limita o poder de polícia apenas à segurança, quando ele abrange também saúde, higiene, ordem, meio ambiente, mercado, entre outros. A letra B afirma que pode ser exercido por qualquer órgão da Administração Direta, mas o exercício depende de competência legalmente atribuída ao órgão, não cabendo a qualquer um indistintamente. A letra D nega o vínculo entre a cobrança de taxas e o poder de polícia, sendo que a taxa de polícia é exatamente o tributo cobrado pelo exercício regular desse poder. A letra E exclui higiene, ordem, disciplina do mercado e respeito à propriedade do interesse público regulado, quando são justamente matérias típicas do poder de polícia.

Regra de ouro: poder de polícia é limitar ou condicionar liberdade e propriedade do particular em nome do interesse público, e sua remuneração própria é a taxa de polícia.

## QUESTÃO 24

Assinale a opção correta, quanto aos atos administrativos e ao processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

- (A) O atributo de imperatividade do ato administrativo impõe a unilateralidade e a obrigatoriedade de seu cumprimento, independentemente de sua concordância, com base na supremacia do interesse público. ✓
- (B) A concessão de aposentadoria a servidor que não preenche as exigências legais, por amizade, contraria o requisito de forma do ato administrativo.
- (C) O ato administrativo negocial apenas atesta ou declara fatos, situações ou opiniões, sem conteúdo decisório.
- (D) Nos processos administrativos, devem ser adotadas as formas heterogêneas, para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados.
- (E) O administrado tem o direito de fazer-se assistir, obrigatoriamente, por advogado, em todos os casos perante a administração pública.

Gabarito: **A**

### COMENTÁRIO

A alternativa A está correta. A imperatividade é o atributo do ato administrativo que permite à Administração impor obrigações ao particular de forma unilateral, tornando o cumprimento obrigatório independentemente da concordância do destinatário, fundamento que decorre da supremacia do interesse público sobre o privado.

As demais alternativas contêm erros conceituais. A letra B aponta vício de forma na concessão de aposentadoria por amizade a quem não preenche os requisitos, quando o vício, nesse caso, é de motivo ou de finalidade (desvio), e não de forma. A letra C define mal o ato negocial: quem apenas atesta ou declara fatos sem conteúdo decisório é o ato enunciativo, não o negocial, que coincide a vontade da Administração com a do particular (licença, autorização, permissão). A letra D defende formas heterogêneas no processo administrativo, contrariando o princípio do informalismo e da forma adequada e simples que orienta o processo administrativo. A letra E afirma ser obrigatória a presença de advogado em todos os casos, mas a representação por advogado é facultativa no processo administrativo.

Regra de ouro: imperatividade é o poder de impor o ato unilateralmente, sem precisar da concordância do particular; ato que só atesta ou declara fato é enunciativo, não negocial.

## QUESTÃO 25

Em um momento, determinado servidor declarou impedimento para julgar processo em que uma das partes é familiar, para evitar conflito de interesses. Em uma outra circunstância, certa organização pública dá ampla divulgação a campanhas de vacinação pública para toda a população. Com base nessas situações hipotéticas, é correto afirmar que foram utilizados os seguintes princípios da Administração Pública, respectivamente,

(A) moralidade e publicidade. ✓

(B) legalidade e impessoalidade.

(C) impessoalidade e moralidade.

(D) impessoalidade e eficiência.

(E) eficiência e publicidade.

Gabarito: **A**

### COMENTÁRIO

A alternativa A está correta. Ao declarar impedimento para julgar processo em que figura um familiar, evitando conflito de interesses, o servidor agiu conforme o princípio da moralidade administrativa (atuação honesta, ética e de boa-fé). Ao dar ampla divulgação às campanhas de vacinação, a organização aplicou o princípio da publicidade (transparência e dever de dar conhecimento dos atos à população). Logo, na ordem pedida, moralidade e publicidade.

As demais alternativas erram em pelo menos um dos dois termos. As letras B, C e D associam a primeira situação à legalidade ou à impessoalidade, mas o ponto central do impedimento por conflito de interesses é a conduta ética, ou seja, a moralidade. A letra E associa a primeira situação à eficiência, o que também não corresponde ao agir ético de afastar-se para não favorecer parente, e a divulgação ampla é publicidade, não eficiência.

Regra de ouro: dar ampla divulgação de atos é publicidade; afastar-se para não favorecer parente e agir com honestidade é moralidade.

## QUESTÃO 26

O poder de polícia é um instrumento da Administração que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público. Com base nessa informação, assinale a alternativa correta,

- (A) O poder de polícia é irrestrito e não possui limites ou controles estabelecidos pela Constituição Federal de 1988 e pelas leis.
- (B) O poder de polícia só pode ser exercido por órgãos do Poder Judiciário, e não por órgãos do Poder Executivo.
- (C) O poder de polícia é utilizado, exclusivamente, para as atividades militares e de defesa nacional.
- (D) Os atos administrativos relacionados ao poder de polícia devem ser motivados e não podem ser arbitrários. ✓
- (E) O poder de polícia pode ser exercido sem necessidade de qualquer norma ou regulamentação legal específica.

Gabarito: **D**

### COMENTÁRIO

Gabarito letra D. O poder de polícia, embora seja prerrogativa da Administração para limitar direitos em favor do interesse público, está submetido aos limites do Direito. Como todo ato administrativo, os atos de polícia devem ser motivados (exposição dos fatos e fundamentos jurídicos que os justificam) e não podem ser arbitrários: precisam respeitar a competência, a finalidade, a proporcionalidade e a razoabilidade. Por isso a alternativa D traduz exatamente o regime de controle a que esse poder se sujeita.

As demais estão erradas porque extrapolam ou desvirtuam o instituto. A letra A afirma que o poder de polícia seria irrestrito e sem limites, o que contraria a submissão à Constituição e às leis. A letra B atribui o poder de polícia ao Judiciário, quando ele é típico da Administração (Poder Executivo). A letra C o reduz às atividades militares e de defesa, ignorando que ele alcança saúde, meio ambiente, trânsito, ordem econômica e tantas outras áreas. A letra E dispensa norma legal, mas o poder de polícia depende de previsão legal, em respeito à legalidade.

Regra de ouro: poder de polícia não é poder ilimitado; todo ato de polícia precisa de lei que o ampare, de motivação e de proporcionalidade, sob pena de arbitrariedade.

## QUESTÃO 27

O ato administrativo é nada mais do que um ato jurídico, tratando-se de uma manifestação de vontade que produz efeitos jurídicos, caracterizando-se como uma espécie do gênero ato jurídico, por ser marcado por peculiaridades que o individualizam, como é o caso das condições para sua válida produção, ou, ainda, quanto às regras para sua eficácia (MARINELA, 2021). Em relação às peculiaridades do ato administrativo, assinale a opção correta.

- (A) A Administração Pública pode realizar atos privados ou meros atos materiais, que possuem todos os atributos dos atos administrativos.
- (B) Os atos administrativos não se sujeitam ao controle do Poder Judiciário, só podendo ser revistos nos Tribunais de Contas.
- (C) Os atos administrativos presumem-se legais, isto é, compatíveis com a lei, legítimos, porque coadunam com as regras da moral e são verdadeiros, considerando que os fatos alegados estão condizentes com a realidade posta. ✓
- (D) A inexistência dos motivos se verifica apenas na hipótese em que a matéria de fato é materialmente inexistente.
- (E) É inadmissível a delegação para o exercício de atos administrativos.

Gabarito: **C**

### COMENTÁRIO

Gabarito letra C. A alternativa descreve os atributos do ato administrativo ligados à presunção de legitimidade e de veracidade: presume-se que o ato foi praticado conforme a lei, em harmonia com a moral administrativa, e que os fatos por ele afirmados são verdadeiros. Essa presunção é relativa (*juris tantum*), ou seja, admite prova em contrário, mas, enquanto não desfeita, o ato produz efeitos e deve ser cumprido. A redação da letra C reproduz com fidelidade essa peculiaridade do ato administrativo.

As outras alternativas contrariam noções consolidadas. A letra A confunde atos administrativos com atos privados e meros atos materiais, que não possuem os atributos típicos do ato administrativo. A letra B nega o controle judicial, mas o Judiciário sempre pode examinar a legalidade dos atos administrativos. A letra D restringe indevidamente a inexistência de motivos apenas ao fato materialmente inexistente, ignorando hipóteses como motivo juridicamente inadequado ou falso. A letra E afirma ser inadmissível a delegação, quando a delegação de competência é, em regra, possível, observados os limites legais.

Regra de ouro: o ato administrativo nasce com presunção de legitimidade e de veracidade; vale e se cumpre até que prova em contrário o derrube, mas isso nunca afasta o controle do Judiciário.

## QUESTÃO 28

No que concerne ao processo administrativo, a Administração Pública deve observar princípios constitucionais e normas legais que asseguram direitos aos administrados. A partir dessa informação, assinale a opção correta, à luz da Constituição Federal de 1988 e da Lei nº 9.784/1999,

- (A) O processo administrativo é, em regra, sigiloso, sendo o acesso restrito às partes e condicionado à representação por advogado.
- (B) O processo administrativo é, como regra, público, admitindo-se o sigilo apenas nas hipóteses legais, sendo obrigatória a presença de advogado em todos os atos.
- (C) O processo administrativo é sempre público e exige, obrigatoriamente, a assistência de advogado para a validade dos atos praticados.
- (D) O processo administrativo é sigiloso, salvo quando houver autorização expressa da autoridade competente, sendo facultativa a atuação de um advogado.
- (E) O processo administrativo é, em regra, público, admitindo-se o sigilo quando houver previsão legal, e não exige a representação por advogado. ✓

Gabarito: **E**

### COMENTÁRIO

Gabarito letra E. A regra do processo administrativo é a publicidade, decorrente do art. 37 da Constituição e da Lei nº 9.784/1999, admitindo-se sigilo apenas quando a lei autorizar (por exemplo, para proteger a intimidade, a segurança da sociedade e do Estado). Além disso, no processo administrativo a presença de advogado é facultativa, conforme entendimento consolidado (Súmula Vinculante 5 do STF: a falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não ofende a Constituição). A letra E reúne os dois pontos corretos: regra da publicidade, sigilo excepcional previsto em lei e dispensa de advogado.

As demais erram em pelo menos um desses elementos. A letra A inverte a lógica ao dizer que o processo é, em regra, sigiloso e condicionado a advogado. A letra B acerta a publicidade, mas erra ao exigir advogado em todos os atos. A letra C também exige advogado obrigatório, o que contraria a Súmula Vinculante 5. A letra D parte de premissa falsa ao tratar o sigilo como regra.

Regra de ouro: processo administrativo é público por regra, sigiloso só por exceção legal, e o advogado é facultativo (Súmula Vinculante 5).

## QUESTÃO 29

"Ainda que nos documentos internacionais assumam a forma das primeiras declarações, nos ordenamentos nacionais integram as constituições, adquirindo o caráter concreto de normas jurídicas positivas constitucionais, por isso, subjetivando-se em direito particular de cada povo." Com base na doutrina e na Constituição Federal de 1988, assinale a opção correta, a respeito dos princípios que regem as relações internacionais do Estado brasileiro.

- (A) A supremacia do interesse nacional sobre os direitos humanos é um princípio constitucional das relações internacionais do Brasil.
- (B) A concessão de asilo político é vedada pela Constituição Federal de 1988, por representar ingerência em assuntos internos de outros Estados.
- (C) A Constituição Federal de 1988 determina que o Brasil deve manter neutralidade absoluta em conflitos internacionais, independentemente de sua natureza.
- (D) A Constituição Federal de 1988 prevê que o Brasil deve buscar a integração econômica, política, social e cultural dos povos de todo o continente americano.
- (E) A cooperação entre os povos para o progresso da humanidade, prevista na Constituição Federal de 1988, impõe ao Brasil o dever de atuar em fóruns internacionais com vistas à promoção do desenvolvimento sustentável e à redução das desigualdades globais. ✓

Gabarito: E

### COMENTÁRIO

Gabarito letra E. A Constituição de 1988, no art. 4º, elenca os princípios que regem as relações internacionais do Brasil, entre eles a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade e a prevalência dos direitos humanos. A alternativa E está alinhada a esse princípio ao afirmar que essa cooperação impõe ao Brasil atuação em prol do progresso comum, o que se traduz em compromissos como o desenvolvimento sustentável e a redução das desigualdades. É a leitura compatível com a doutrina e o texto constitucional.

As demais contrariam o art. 4º. A letra A é falsa porque a Constituição consagra justamente a prevalência dos direitos humanos, e não a supremacia do interesse nacional sobre eles. A letra B está errada porque a concessão de asilo político é expressamente prevista como princípio. A letra C inventa uma suposta neutralidade absoluta, que não consta do texto constitucional. A letra D restringe a integração ao continente americano, mas a Constituição menciona a busca da integração dos povos da América Latina (e não de todo o continente americano), o que torna a redação incorreta.

Regra de ouro: nas relações internacionais (art. 4º da CF), guarde prevalência dos direitos humanos, concessão de asilo político, cooperação entre os povos e integração da América Latina; desconfie de palavras como exclusivamente, neutralidade absoluta e supremacia do interesse nacional.

### QUESTÃO 30

Em relação aos direitos e às garantias fundamentais, assinale a opção correta.

- (A) É livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens. ✓
- (B) Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se apenas aos brasileiros a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.
- (C) É livre a manifestação do pensamento, sendo permitido o anonimato.
- (D) É assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, sendo vedada a indenização por dano material, moral ou à imagem,
- (E) É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem do Ministério Público, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.

Gabarito: **A**

#### COMENTÁRIO

Gabarito letra A. A alternativa reproduz fielmente o art. 5º, XV, da Constituição: é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens. É a literalidade do dispositivo, sem qualquer alteração de sentido.

As demais distorcem o texto constitucional. A letra B restringe a inviolabilidade dos direitos apenas aos brasileiros, mas o caput do art. 5º assegura tais direitos a brasileiros e estrangeiros residentes no país. A letra C afirma ser permitido o anonimato, quando a Constituição veda expressamente o anonimato na manifestação do pensamento. A letra D diz ser vedada a indenização, mas o texto assegura o direito de resposta proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem. A letra E atribui ao Ministério Público a ordem de quebra do sigilo telefônico, quando essa interceptação depende de ordem judicial, nas hipóteses e na forma da lei, para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.

Regra de ouro: em questões de direitos fundamentais que cobram literalidade, o erro quase sempre está em uma palavra trocada; lembre que é vedado o anonimato, que a indenização é assegurada e que a quebra de sigilo telefônico é por ordem judicial.

### QUESTÃO 31

Assinale a opção que apresenta corretamente os direitos sociais previstos na Constituição Federal de 1988,

(A) a saúde, o trabalho e a previdência social



(B) o transporte, o lazer e o direito ao voto

(C) a nacionalidade, a segurança e a educação

(D) a liberdade, a alimentação e a moradia

(E) a proteção social, a defesa da vida e a filiação partidária

Gabarito: **A**

#### COMENTÁRIO

Gabarito letra A. O art. 6º da Constituição lista os direitos sociais: educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, transporte, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância e assistência aos desamparados. A letra A reúne três itens que efetivamente constam desse rol: a saúde, o trabalho e a previdência social. Por isso é a única integralmente correta.

As demais misturam direitos sociais com institutos de outra natureza. A letra B inclui o direito ao voto, que é direito político, e não social. A letra C traz a nacionalidade, que também é tema de direitos da nacionalidade/políticos, não do art. 6º. A letra D apresenta a liberdade, que é direito individual (art. 5º), e não direito social. A letra E inventa expressões como proteção social, defesa da vida e filiação partidária, que não correspondem à redação do art. 6º (filiação partidária, inclusive, é direito político).

Regra de ouro: para direitos sociais, ancore no art. 6º (saúde, educação, trabalho, moradia, transporte, lazer, segurança, previdência, alimentação, assistência); se aparecer voto, nacionalidade, liberdade ou filiação partidária, é pegadinha de direito político ou individual.

## QUESTÃO 32

A Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS 2012) define diretrizes para a organização da política de assistência social em todo o país. Nesse contexto, assinale a alternativa que apresenta corretamente um de seus objetivos:

- (A) Garantir que a assistência social seja estendida apenas a famílias em situação de extrema pobreza, por meio da oferta de benefícios baseados em contribuição prévia dos beneficiários.
- (B) Estruturar a assistência social sob comando central da União, limitando a capacidade de estados e municípios exercerem autonomia na gestão dos serviços e benefícios socioassistenciais.
- (C) Estabelecer regras de financiamento voltadas exclusivamente às entidades privadas sem fins lucrativos da rede socioassistencial, contemplando o processo de alocação de recursos.
- (D) Condicionar a oferta de serviços socioassistenciais exclusivamente à estrutura disponível nas entidades filantrópicas, deixando de atribuir responsabilidades formais aos entes federados pela garantia dessa oferta.
- (E) Formular as normas sobre níveis de organização, formas de articulação e responsabilidades dos entes na oferta de serviços, benefícios, programas e projetos de assistência social. ✓

Gabarito: **E**

### COMENTÁRIO

Gabarito letra E. A NOB/SUAS 2012 tem por finalidade disciplinar a operacionalização da gestão da Política Nacional de Assistência Social, definindo os níveis de organização do SUAS, as formas de articulação entre os entes e suas responsabilidades na oferta de serviços, benefícios, programas e projetos socioassistenciais. A letra E expressa justamente esse objetivo organizativo e federativo, em sintonia com o caráter descentralizado e participativo do SUAS.

As demais contrariam princípios estruturantes da assistência social. A letra A condiciona o acesso a contribuição prévia, mas a assistência social é não contributiva, prestada a quem dela necessitar. A letra B propõe comando central da União com supressão da autonomia de estados e municípios, em choque com a descentralização político-administrativa e o comando único em cada esfera. A letra C limita o financiamento exclusivamente às entidades privadas, ignorando o cofinanciamento pelos três entes federados e a primazia da responsabilidade do Estado. A letra D transfere a oferta para entidades filantrópicas e exime os entes federados, contrariando a responsabilidade estatal pela garantia dos serviços.

Regra de ouro: o SUAS é descentralizado, participativo, não contributivo e de responsabilidade estatal; em assistência social, alternativas com exclusivamente, contribuição prévia ou comando central que esvazia estados e municípios costumam estar erradas.

### QUESTÃO 33

Aponte o órgão de controle social responsável por fiscalizar e deliberar sobre a política de assistência social, segundo a PNAS 2004:

(A) Ministério da Saúde.

(B) Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). ✓

(C) Câmara Municipal.

(D) Secretaria de Cultura.

(E) Tribunal de Contas da União.

Gabarito: **B**

#### COMENTÁRIO

O gabarito é a letra B. O Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) é o órgão de controle social, de caráter deliberativo e paritário (composto por representantes do governo e da sociedade civil), responsável por aprovar a política nacional, deliberar sobre as diretrizes e fiscalizar a execução da assistência social. A PNAS 2004 reforça essa estrutura descentralizada e participativa, em que o controle social se dá por meio dos conselhos nas três esferas (nacional, estadual/distrital e municipal).

As demais alternativas tratam de órgãos de outras áreas ou de fora do sistema de controle social. O Ministério da Saúde (A) cuida da política de saúde, não da assistência social. A Câmara Municipal (C) exerce função legislativa e fiscalização política, não é o conselho de controle social setorial. A Secretaria de Cultura (D) não tem relação com a assistência social. O Tribunal de Contas da União (E) faz controle externo de contas públicas, função distinta do controle social deliberativo exercido pelos conselhos.

Regra de ouro: controle social na assistência social = CONSELHO (CNAS no nível nacional), órgão deliberativo e paritário, nunca tribunal de contas ou casa legislativa.

### QUESTÃO 34

A Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) estabelece como objetivos a proteção social, a vigilância sócio assistencial e a defesa de direitos. Para a garantia de alcance de tais objetivos, a LOAS (art. 5º) define como base de sua organização as seguintes diretrizes: descentralização político- administrativa para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e comando único das ações em cada esfera de governo; participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis; e na condução da política de assistência social em cada esfera de governo, a primazia da responsabilidade

(A) das Entidades.

(B) dos Conselhos.

(C) do Estado. ✓

(D) dos Usuários.

(E) da Comunidade.

Gabarito: **C**

#### COMENTÁRIO

O gabarito é a letra C. A LOAS, ao tratar das diretrizes de organização da assistência social, estabelece a primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo. Isso significa que, embora a sociedade civil e as entidades participem da rede socioassistencial, é dever indeclinável do poder público (Estado) garantir a política, não podendo transferir essa responsabilidade central para terceiros.

As demais alternativas invertem essa lógica. As Entidades (A) compõem a rede, mas atuam de forma complementar, sem assumir a primazia. Os Conselhos (B) exercem controle social e deliberação, mas não a condução executiva primária da política. Os Usuários (D) e a Comunidade (E) participam na formulação e no controle das ações, conforme a diretriz da participação popular, mas a responsabilidade primária pela condução é estatal.

Regra de ouro: na LOAS, quem tem a PRIMAZIA da responsabilidade pela condução da assistência social é sempre o ESTADO; sociedade civil e entidades apenas complementam.

### QUESTÃO 35

O SUAS é executado pelos governos federal, estaduais, do Distrito Federal e municipais, em estreita parceria com a sociedade civil. O financiamento da Assistência Social no SUAS deve ser efetuado mediante cofinanciamento dos três entes federados. É condição para os repasses de recursos do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) para os fundos das respectivas instâncias: a elaboração do Plano de Assistência Social e a efetiva instituição e funcionamento do Conselho e do Fundo, com alocação em orçamento de

(A) aportes financeiros empresariais.

(B) recursos próprios do tesouro. ✓

(C) contribuições de pessoas físicas.

(D) subsídios adicionais e suplementares.

(E) percentuais de fontes fiscais.

Gabarito: **B**

#### COMENTÁRIO

O gabarito é a letra B. Para que o Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) repasse recursos aos fundos estaduais, distrital e municipais, a LOAS exige que o ente tenha Plano de Assistência Social, Conselho e Fundo efetivamente instituídos e em funcionamento, com a alocação de recursos próprios do tesouro em seu orçamento. Em outras palavras, o cofinanciamento pressupõe que o ente também coloque dinheiro do próprio orçamento, e não dependa apenas do repasse federal.

As demais alternativas não correspondem à exigência legal. Aportes financeiros empresariais (A) e contribuições de pessoas físicas (C) são fontes privadas eventuais, não a base do cofinanciamento federativo. Subsídios adicionais e suplementares (D) e percentuais de fontes fiscais (E) não traduzem o requisito legal, que fala expressamente em previsão de recursos próprios no orçamento do ente.

Regra de ouro: repasse do FNAS exige o tripé Plano + Conselho + Fundo em funcionamento, com recursos PRÓPRIOS DO TESOURO previstos no orçamento do ente (cofinanciamento).

### QUESTÃO 36

Considerando a relevância do Sistema Único de Assistência Social (Suas) na organização e execução das políticas sociais no Brasil, torna-se fundamental identificar quais os dois tipos de proteção social organizados pelo Suas?

- (A) Proteção Social Primária e Proteção Social Secundária.
- (B) Proteção Social Primária e Proteção Social Terciária.
- (C) Proteção Social Geral e Proteção Social Especializada.
- (D) Proteção Social Básica e Proteção Social Especial. ✓
- (E) Proteção Social Universal e Proteção Social Seletiva.

Gabarito: **D**

#### COMENTÁRIO

O gabarito é a letra D. O SUAS organiza a oferta socioassistencial em dois níveis de proteção: a Proteção Social Básica, voltada à prevenção de situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários (ofertada principalmente pelos CRAS), e a Proteção Social Especial, destinada a famílias e indivíduos que já tiveram direitos violados (ofertada pelos CREAS e unidades de acolhimento), subdividida em média e alta complexidade.

As demais alternativas usam nomenclaturas que não pertencem ao SUAS. Primária/Secundária/Terciária (A e B) são classificações típicas da área da saúde, não da assistência social. Geral/Especializada (C), Universal/Seletiva (E) são pares inventados que não correspondem à divisão oficial da política.

Regra de ouro: o SUAS tem só DUAS proteções, Básica (prevenção, CRAS) e Especial (direitos já violados, CREAS); nunca confunda com primária/secundária da saúde.

### QUESTÃO 37

Segundo a Norma Operacional/Sistema Único de Assistência Social, NOB/SUAS (2012), a política de assistência social, tem por funções:

- (A) Prover proteção à vida, reduzir danos.
- (B) Prevenir a incidência de riscos sociais.
- (C) Integrar a rede pública e privada, com vínculo ao SUAS.
- (D) A proteção social, a vigilância socioassistencial e a defesa de direitos. ✓
- (E) Implementar a gestão do trabalho e a educação permanente,

Gabarito: **D**

#### COMENTÁRIO

O gabarito é a letra D. Segundo a NOB/SUAS 2012, as funções da política de assistência social são a proteção social, a vigilância socioassistencial e a defesa de direitos (também chamada defesa social e institucional). A proteção social garante seguranças de acolhida, renda, convívio e autonomia; a vigilância socioassistencial produz e analisa informações sobre vulnerabilidades e riscos no território; e a defesa de direitos assegura o acesso da população aos direitos socioassistenciais.

As demais alternativas descrevem ações ou objetivos pontuais que não constituem o rol das funções da política. Prover proteção à vida e reduzir danos (A) e prevenir riscos (B) são parte do conteúdo da proteção social, mas não esgotam as funções. Integrar a rede pública e privada (C) e implementar a gestão do trabalho e a educação permanente (E) são instrumentos ou eixos de gestão, e não as três funções definidas pela norma.

Regra de ouro: as três funções da política (NOB/SUAS 2012) são PROTEÇÃO SOCIAL, VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL e DEFESA DE DIREITOS; decore esse trio.

### QUESTÃO 38

A Constituição Federal de 1988 traz uma nova concepção para a Assistência Social brasileira. Incluída no âmbito da Seguridade Social como política social pública, a assistência social inicia seu trânsito para um campo novo, a saber:

- (A) a proteção social universal e a não contributividade.
- (B) o planejamento, a execução e a avaliação.
- (C) a apreensão da realidade e a emancipação das populações.
- (D) o estudo, o diagnóstico situacional e a intervenção programada.
- (E) os direitos, a universalização dos acessos e a responsabilidade estatal. ✓

Gabarito: **E**

#### COMENTÁRIO

O gabarito é a letra E. Ao incluir a assistência social na Seguridade Social como política pública (art. 203 e 204), a Constituição de 1988 promove uma virada de concepção: a assistência deixa de ser favor, caridade ou bemestar e passa a ser direito do cidadão e dever do Estado. Por isso o campo novo é o dos direitos, da universalização dos acessos e da responsabilidade estatal, exatamente o que a alternativa E descreve.

As demais alternativas trazem expressões que não correspondem a essa mudança de paradigma constitucional. Proteção social universal e não contributividade (A) toca em características da assistência, mas a não contributividade não é o eixo central do novo campo apontado pela CF; planejamento/execução/avaliação (B), estudo/diagnóstico/intervenção (D) e apreensão da realidade/emancipação (C) descrevem etapas metodológicas ou fins genéricos, não o trânsito da assistência para o terreno do direito assegurado pelo Estado.

Regra de ouro: a CF/88 transformou a assistência social de caridade em DIREITO; pense sempre em direitos + universalização do acesso + responsabilidade do Estado.

### QUESTÃO 39

Sobre o benefício excepcional por desabrigo temporário, assinale a alternativa correta.

- (A) Pode ser usado para pagamento de aluguel ou aquisição de alimentos, conforme escolha da família.
- (B) A regra geral é de prestações de até R\$ 600,00 por até seis meses, prorrogável por igual período, admitindo-se ✓  
prorrogação por até 48 meses em deslocamento compulsório ligado a assentamentos precários.
- (C) Tem valor de R\$ 408,00 e duração máxima de seis parcelas por ano.
- (D) É benefício continuado, sem prazo de encerramento.
- (E) Destina-se exclusivamente a famílias em situação de calamidade pública.

Gabarito: **B**

#### COMENTÁRIO

A regra geral é de até seis meses, prorrogável por igual período; excepcionalmente, no deslocamento compulsório de quem ocupa há mais de cinco anos assentamentos precários, a prorrogação pode chegar a 48 meses. A letra A amplia indevidamente a finalidade (é exclusivo para aluguel); B confunde valor e regra com outros auxílios; C nega o caráter temporário; D restringe o público.

Referência: Lei nº 5.165/2013, arts. 27 a 30, e Decreto nº 35.191/2014

#### QUESTÃO 40

Sobre as competências da SEDES e do BRB nos programas socioassistenciais do DF, marque a CORRETA.

- (A) Apenas II, III e IV estão corretas.
- (B) Apenas I e IV estão corretas.
- (C) Apenas I, II e III estão corretas. ✓
- (D) Todas estão corretas.
- (E) Apenas III e IV estão corretas.

Gabarito: **C**

#### COMENTÁRIO

Pelo art. 1º da Lei nº 5.165/2013, benefícios eventuais são provisões suplementares e provisórias prestadas em virtude de nascimento, morte, vulnerabilidade temporária e calamidade pública.

#### QUESTÃO 41

De acordo com o resumo, o Cartão Gás é um auxílio socioassistencial distrital criado para enfrentar o aumento do preço do GLP. O crédito é utilizável exclusivamente para a aquisição do botijão de:

- (A) 8 kg.
- (B) 13 kg. ✓
- (C) qualquer peso, a critério da família.
- (D) 20 kg.
- (E) 45 kg.

Gabarito: **B**

#### COMENTÁRIO

Gabarito: E. O resumo é expresso: o crédito do Cartão Gás é utilizável exclusivamente para a aquisição do botijão de 13 kg em estabelecimentos credenciados. Os demais pesos não constam do resumo e a livre escolha de peso (B) contraria a destinação específica do programa.

#### QUESTÃO 42

Um analista comparou o Cartão Prato Cheio com o Bolsa Família e com a cesta básica. Com base no resumo, assinale a alternativa que apresenta uma afirmação INCORRETA.

- (A) O Prato Cheio é distrital, mensal, de R\$ 250,00 e de uso restrito a alimentos, sem condicionalidades de saúde e educação.
- (B) O Bolsa Família é federal, de valor variável conforme a composição familiar e de uso livre, com condicionalidades.
- (C) A cesta básica é entrega presencial de itens físicos, enquanto o Prato Cheio dá autonomia de escolha dentro do limite alimentar.
- (D) O Prato Cheio possui condicionalidades de frequência escolar e vacinação idênticas às do Bolsa Família. ✓
- (E) Prato Cheio e Bolsa Família são complementares e podem ser acumulados.

Gabarito: **D**

#### COMENTÁRIO

Gabarito: E. O resumo afirma expressamente que o Prato Cheio NÃO possui condicionalidades de saúde e educação, diferentemente do Bolsa Família, logo a alternativa E é a incorreta (pedida pelo comando). As demais reproduzem corretamente os comparativos do resumo entre Prato Cheio, Bolsa Família e cesta básica.

#### QUESTÃO 43

No Restaurante Comunitário, o almoço para a população em geral é cobrado ao preço de:

- (A) R\$ 0,50.
- (B) R\$ 5,00.
- (C) Gratuito para todos.
- (D) R\$ 2,00.
- (E) R\$ 1,00. ✓

Gabarito: **E**

#### COMENTÁRIO

O almoço para a população em geral custa R\$ 1,00. O valor de R\$ 0,50 corresponde ao café da manhã e ao jantar; a gratuidade aplica-se às pessoas em situação de rua (café da manhã, almoço e jantar).

Referência: Decreto nº 33.329/2011, art. 12, §1º

#### QUESTÃO 44

Acerca dos princípios dos benefícios eventuais (art. 2º da Lei 5.165/2013), segundo o resumo, assinale a alternativa correta.

- (A) Exige-se contribuição prévia do beneficiário, à semelhança da previdência.
- (B) É vedada a exigência de contrapartidas como condição de acesso. ✓
- (C) Dispensa-se a ampla divulgação dos critérios de concessão.
- (D) São direitos não reclamáveis judicialmente.
- (E) Admitem-se comprovações complexas e vexatórias para a concessão.

Gabarito: **B**

#### COMENTÁRIO

Gabarito: E. O art. 2º veda a exigência de contrapartidas (frequência em cursos, mutirões) como condição de acesso. Os benefícios independem de contribuição prévia (A), são direitos socioassistenciais reclamáveis judicialmente (C), são desvinculados de comprovações complexas e vexatórias (D) e exigem ampla divulgação dos critérios (B).

#### QUESTÃO 45

Sobre o uso do espaço do Restaurante Comunitário (Decreto nº 33.329/2011), marque a CORRETA.

- (A) É restrito ao fornecimento de refeições.
- (B) Poderá ser utilizado para manifestações culturais de âmbito local. ✓
- (C) Poderá ser locado para eventos comerciais.
- (D) Sua utilização para fins não alimentares é vedada.
- (E) Pode ser sublocado a particulares.

Gabarito: **B**

#### COMENTÁRIO

Pelo art. 12, § 5º, do Decreto nº 33.329/2011, o espaço do restaurante comunitário poderá ser utilizado para manifestações culturais de âmbito local.

#### QUESTÃO 46

Durante inspeção do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP), constatou-se que um servidor da Secretaria de Administração utilizou recursos de suprimento de fundos para custear serviços de manutenção predial contratados de pessoa jurídica, sem processo licitatório e sem posterior apresentação de notas fiscais. O gestor da unidade alegou que a despesa era urgente e de pequeno valor e que ela seria regularizada na prestação de contas seguinte, Com base nessa situação hipotética e na legislação financeira aplicável, assinale a opção que apresenta corretamente o tratamento adequado a ser direcionado ao caso.

- (A) Regular, pois a urgência e o baixo valor dispensam licitação e justificam o uso de suprimento de fundos para pagamento direto,
- (B) Irregular, pois o suprimento de fundos aplica-se apenas às despesas de pequeno vulto e pronto pagamento, sendo vedado, portanto, para os serviços de pessoa jurídica. ✓
- (C) Regular, desde que o gestor comprove a execução do serviço e inclua a despesa na prestação de contas trimestral do órgão.
- (D) Irregular, apenas se o servidor deixar de devolver o saldo ou apresentar documentos comprobatórios dentro do exercício financeiro.
- (E) Regular, pois a ausência de nota fiscal não inviabiliza a comprovação da despesa, se houver relatório interno de execução.

Gabarito: **B**

#### COMENTÁRIO

O gabarito é a letra B. O suprimento de fundos (adiantamento) é regime de exceção, destinado a despesas de pequeno vulto e de pronto pagamento que não comportam o processo normal de empenho, liquidação e pagamento. No caso, o servidor usou o recurso para custear serviços de manutenção predial de pessoa jurídica, sem licitação e sem comprovação por notas fiscais, fugindo da finalidade do instituto. Logo, a conduta é irregular, pois o suprimento de fundos não se presta a substituir o procedimento regular de contratação de serviços continuados ou de maior monta.

As alternativas que classificam a situação como regular (A, C e E) estão erradas: urgência e baixo valor não autorizam, por si sós, o uso do suprimento para contornar a licitação e a obrigatória comprovação documental da despesa, e a ausência de nota fiscal compromete a prestação de contas. A letra D também erra ao restringir a irregularidade apenas à falta de devolução do saldo ou de documentos, quando o vício já está na própria destinação indevida do suprimento para esse tipo de despesa.

Regra de ouro: suprimento de fundos serve só para PEQUENO VULTO e PRONTO PAGAMENTO excepcionais; não é atalho para fugir da licitação nem dispensa a comprovação por documento fiscal.

## QUESTÃO 47

Assinale a opção correta que apresenta um caso no qual a licitação pública é dispensável.

- (A) contratação de estudos técnicos, planejamentos e projetos básicos com profissionais ou empresas de notória especialização
- (B) contratação de pareceres e perícias com profissionais ou empresas de notória especialização
- (C) contratação de assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias com profissionais ou empresas de notória especialização
- (D) abastecimento de efetivos militares em estada eventual de curta duração, em localidades diferentes de suas sedes, ✓  
por motivo de movimentação operacional
- (E) aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha

Gabarito: **D**

### COMENTÁRIO

A alternativa D está correta. O abastecimento de efetivos militares em estada eventual de curta duração, em localidades diferentes de suas sedes, por motivo de movimentação operacional, é uma das hipóteses de licitação DISPENSÁVEL previstas na Lei nº 14.133/2021. Nesses casos, a licitação é possível, mas a lei faculta ao administrador não realizá-la diante do interesse público, dentro do rol taxativo de dispensa.

As alternativas A, B, C e E descrevem hipóteses de INEXIGIBILIDADE de licitação, não de dispensa. A contratação de profissionais ou empresas de notória especialização para estudos técnicos, projetos, pareceres, perícias, assessorias, consultorias e auditorias (A, B e C) é serviço técnico especializado de natureza singular, em que a competição é inviável, logo a licitação é inexigível. A aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalação e localização tornem necessária a escolha (E) também é caso clássico de inexigibilidade, pois o objeto é específico e insubstituível.

Regra de ouro: dispensável é quando a competição é POSSÍVEL mas a lei permite não licitar (rol taxativo); inexigível é quando a competição é INVIÁVEL (objeto singular, fornecedor exclusivo ou notória especialização).

#### QUESTÃO 48

Assinale a opção que apresenta o objeto de licitação que deverá ser realizado por meio de concurso.

(A) escolha de trabalho científico para a concessão de prêmio ou de remuneração ao vencedor



(B) contratação para realização de treinamento de pessoas

(C) contratação de empresa de engenharia para realização de reformas

(D) contratação de servidores públicos para exercício em autarquia pública

(E) contratação de empregados públicos para exercício em conselho de classe

Gabarito: **A**

#### COMENTÁRIO

A alternativa A está correta. O concurso é a modalidade de licitação destinada à escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmio ou remuneração ao vencedor, conforme a Lei nº 14.133/2021. A própria definição da modalidade casa exatamente com o enunciado da alternativa A.

As demais não correspondem a concurso. Contratação de treinamento de pessoas (B) e contratação de empresa de engenharia para reformas (C) são objetos comuns ou de obras/serviços, contratados por pregão, concorrência ou outra modalidade adequada, não por concurso. A contratação de servidores e de empregados públicos (D e E) não se faz por licitação, e sim por CONCURSO PÚBLICO, que é a forma de provimento de cargos e empregos prevista no art. 37, II, da Constituição. Cuidado com a pegadinha: concurso (licitação) e concurso público (admissão de pessoal) são institutos completamente diferentes.

Regra de ouro: concurso como modalidade de licitação serve para escolher trabalho técnico, científico ou artístico com prêmio ao vencedor; não confundir com concurso público, que é para ingresso em cargo ou emprego.

## QUESTÃO 49

Assinale a opção correta quanto à fiscalização de contratos administrativos.

- (A) No monitoramento da execução, deve-se verificar não mais que se o objeto do contrato está sendo executado de acordo com as especificações técnicas.
- (B) Após o imediato recebimento da nota fiscal da execução de serviços, o fiscal deve atestar e encaminhá-la ao gestor contratual para pagamento.
- (C) O fiscal não deve propor a aplicação de penalidades, tais como multas, para não deteriorar a relação contratual entre as partes.
- (D) O fiscal deve manter comunicação clara e constante com o gestor do contrato, encaminhando a documentação e informações pertinentes ao processo. ✓
- (E) O fiscal deve atuar de forma reativa para sanar irregularidades, sendo responsável por documentar as ocorrências contratuais.

Gabarito: **D**

### COMENTÁRIO

A alternativa D está correta. A boa fiscalização de contratos administrativos exige que o fiscal mantenha comunicação clara e constante com o gestor do contrato, encaminhando documentação e informações pertinentes ao processo. O fiscal acompanha a execução no dia a dia e reporta ao gestor, que tem a responsabilidade mais ampla de coordenar o contrato; a articulação entre os dois é essencial para a regularidade da contratação.

As demais estão erradas. A letra A limita a fiscalização apenas às especificações técnicas, quando o fiscal deve verificar prazos, quantidades, obrigações trabalhistas e demais cláusulas, não só a parte técnica. A letra B inverte o fluxo ao mandar atestar e pagar de imediato após receber a nota fiscal, pois é preciso primeiro conferir a efetiva execução antes do ateste. A letra C está errada porque o fiscal DEVE propor a aplicação de penalidades quando houver descumprimento, sendo esse um de seus deveres, não algo a evitar para preservar a relação. A letra E peca ao defender atuação meramente reativa, já que a fiscalização deve ser também PREVENTIVA, antecipando e evitando irregularidades, e não apenas reagindo depois que o problema ocorre.

Regra de ouro: o fiscal acompanha de perto e reporta ao gestor; sua atuação é preventiva e abrange todas as obrigações do contrato, com dever de propor penalidades quando necessário.

## QUESTÃO 50

Em um órgão público, um servidor necessitou requisitar materiais de expediente para suas atividades. Com base nessa situação hipotética, assinale a opção que apresenta corretamente o procedimento para realizar essa requisição, garantindo o controle e a eficiência na distribuição dos materiais,

- (A) O servidor deve se dirigir diretamente ao almoxarifado, retirar os materiais desejados e informar a quantidade ao responsável.
- (B) O servidor pode enviar um e-mail ao setor de compras, solicitando os materiais desejados, e aguardar a entrega sem a necessidade de informar a sua chefia.
- (C) O servidor deve preencher um formulário com a descrição dos materiais, a quantidade necessária e a justificativa ✓ para a requisição, encaminhando-o para aprovação da chefia imediata.
- (D) O servidor deve retirar os materiais diretamente com o fornecedor, apresentando apenas a sua identificação funcional.
- (E) O servidor pode solicitar os materiais verbalmente ao responsável pelo almoxarifado, que providenciará a entrega sem a necessidade de registro formal.

Gabarito: **C**

### COMENTÁRIO

A alternativa C está correta. O procedimento adequado de requisição de material de expediente é o servidor preencher um formulário (requisição de material) com a descrição dos itens, a quantidade necessária e a justificativa, encaminhando-o para aprovação da chefia imediata. Esse fluxo formal garante o controle, a rastreabilidade e a eficiência na distribuição, que são justamente os objetivos cobrados no enunciado.

As demais descrevem práticas sem controle. Ir ao almoxarifado e retirar diretamente os materiais (A) ou pedi-los apenas verbalmente, sem registro formal (E), elimina o controle de estoque e a autorização da chefia. Enviar e-mail ao setor de compras sem informar a chefia (B) confunde requisição interna com aquisição e ignora a aprovação hierárquica. Retirar materiais diretamente com o fornecedor apenas com identificação funcional (D) é incompatível com qualquer rotina de almoxarifado público, pois o servidor não contrata nem retira material direto do fornecedor.

Regra de ouro: requisição de material no setor público é formal e autorizada; formulário descrevendo item, quantidade e justificativa, com aprovação da chefia imediata.

## QUESTÃO 51

Um auxiliar administrativo de determinada fundação pública, foi encarregado de ajudar na implementação de um novo sistema de almoxarifado. O gestor pediu a sua opinião sobre qual ação inicial seria a mais estratégica para garantir que a transição do sistema antigo para o novo ocorresse com o mínimo de interrupção nas operações da fundação, integrando as funções de planejamento e controle. Com base nessa situação hipotética, assinale a opção que apresenta a ação adequada.

- (A) adquirir imediatamente o software mais moderno do mercado e treinar a equipe depois
- (B) realizar um inventário físico completo de todos os itens em estoque e sanear a base de dados atual antes de migrá-la para o novo sistema ✓
- (C) descontinuar o sistema antigo em um dia e iniciar o novo no dia seguinte, corrigindo os problemas conforme eles aparecerem
- (D) fazer uma licitação para a compra de novos materiais, para o novo sistema já começar com um estoque renovado
- (E) mapear apenas os itens de maior valor e migrar somente eles para o novo sistema, deixando os demais no controle antigo

Gabarito: **B**

### COMENTÁRIO


A alternativa B está correta. Antes de migrar dados de um sistema antigo de almoxarifado para um novo, a ação inicial mais estratégica é realizar um inventário físico completo e sanear a base de dados atual. Migrar dados sujos ou divergentes da realidade física apenas transporta os erros para o novo sistema; por isso, garantir que os saldos registrados batam com o estoque real é o passo que integra planejamento e controle e reduz interrupções na transição.

As demais são precipitadas ou parciais. Comprar logo o software mais moderno e treinar depois (A) inverte a ordem e ignora a qualidade dos dados. Desligar o sistema antigo de um dia para o outro corrigindo problemas conforme aparecem (C) é uma virada de chave temerária, que maximiza, e não minimiza, as interrupções. Fazer licitação para comprar materiais novos (D) é desnecessário e foge do objetivo, que é migrar o controle, não renovar estoque. Mapear apenas itens de maior valor e migrar só eles (E) deixa a base incompleta e gera descontrole sobre os demais itens.

Regra de ouro: antes de migrar de sistema, inventarie e saneie a base; dado limpo entra, dado limpo sai, e a transição flui sem ruptura.

## QUESTÃO 52

O responsável pelo almoxarifado de um escritório precisava garantir que nunca faltassem resmas de papel, que é um item de alto consumo. Para isso, ele definiu um nível específico de quantidade em estoque que, ao ser atingido, acionaria automaticamente um novo pedido de compra. Com base nessa situação hipotética, assinale a opção que apresenta a denominação desse nível na gestão de estoques.

(A) ponto de ressuprimento 

(B) estoque de segurança

(C) lote econômico de compra

(D) inventário cíclico

(E) curva ABC

Gabarito: **A**

### COMENTÁRIO

A alternativa A está correta. O nível de estoque que, ao ser atingido, dispara automaticamente um novo pedido de compra é o ponto de ressuprimento (também chamado ponto de pedido). Ele é calculado considerando o consumo durante o tempo de reposição mais a margem de segurança, exatamente para que o reabastecimento seja acionado antes de o item acabar, como descreve o enunciado.

As demais nomeiam outros conceitos da gestão de estoques. Estoque de segurança (B) é a reserva mínima que protege contra atrasos ou aumento de consumo, mas não é o gatilho do pedido. Lote econômico de compra (C) é a quantidade ideal a comprar que minimiza os custos totais de pedido e de manutenção, respondendo ao QUANTO, e não ao QUANDO pedir. Inventário cíclico (D) é a contagem periódica do estoque para conferência. Curva ABC (E) é a classificação dos itens por relevância ou valor, não um nível que aciona compra.

Regra de ouro: ponto de ressuprimento responde a QUANDO pedir; lote econômico responde a QUANTO pedir; estoque de segurança é o colchão de reserva.

### QUESTÃO 53

Na gestão patrimonial, existem diferentes abordagens para conservar, recuperar e garantir a disponibilidade dos bens. Uma dessas abordagens é adotada quando a intervenção ocorre somente após a identificação de falhas ou a perda de desempenho dos equipamentos, das instalações ou dos recursos físicos, sendo acionada para restabelecer sua funcionalidade. Com base nessas informações, assinale a opção que apresenta esse tipo de manutenção de patrimônio.

- (A) manutenção preditiva
- (B) manutenção preventiva
- (C) manutenção detectiva
- (D) manutenção baseada na abordagem TQM

(E) manutenção corretiva



Gabarito: **E**

#### COMENTÁRIO

A alternativa E está correta. A manutenção corretiva é aquela em que a intervenção ocorre somente DEPOIS que a falha já aconteceu ou que houve perda de desempenho do equipamento, instalação ou recurso físico, sendo acionada para restabelecer a funcionalidade. O enunciado descreve precisamente essa lógica de agir após o problema, que caracteriza a manutenção corretiva.

As demais seguem lógicas diferentes. A manutenção preditiva (A) monitora as condições do equipamento (medições, sensores, análises) para prever quando a falha vai ocorrer e intervir antes. A manutenção preventiva (B) é programada por tempo ou uso, feita periodicamente para evitar que a falha aconteça, independentemente de já haver defeito. A manutenção detectiva (C) busca identificar falhas ocultas que não se manifestam na operação normal. A abordagem TQM (D) é uma filosofia de gestão da qualidade total, não um tipo específico de manutenção definido pela ocorrência da falha.

Regra de ouro: corretiva age DEPOIS da falha; preventiva age ANTES por cronograma; preditiva age conforme o monitoramento mostra que a falha se aproxima.

## QUESTÃO 54

Assinale a opção correta, em relação à gestão eletrônica de documentos e à elaboração de relatórios gerenciais.

- (A) A etapa de arquivamento nos sistemas de gestão eletrônica de documentos consiste especificamente na atribuição de metadados — tais como palavras-chave e datas — aos documentos para facilitar a busca.
- (B) O controle de versões nos sistemas de gestão eletrônica de documentos refere-se à automação e ao controle das etapas pelas quais um documento passa.
- (C) A captura e a digitalização equivale à conversão de documentos físicos para formatos digitais, tais como PDF e TIFF. ✓
- (D) A tabela de temporalidade é instrumento da informática que define prazos de guarda e a destinação final dos documentos eletrônicos.
- (E) Os relatórios gerenciais, quando são muito longos ou apresentam-se com informações irrelevantes, permitem a transparência e a prestação de contas e a otimização da tomada de decisão.

Gabarito: **C**

### COMENTÁRIO

A alternativa C é a correta porque, na gestão eletrônica de documentos (GED), a etapa de captura e digitalização é justamente a conversão dos documentos em suporte físico (papel) para formatos digitais, sendo PDF e TIFF os exemplos clássicos de formatos de imagem usados para essa finalidade. É a porta de entrada do documento no sistema eletrônico.

As demais erram por troca de conceitos. A letra A confunde arquivamento com indexação: atribuir metadados como palavras-chave e datas é indexação, não arquivamento. A letra B descreve, na verdade, o fluxo de trabalho (workflow), e não controle de versões, que cuida do histórico de alterações de um mesmo documento. A letra D erra ao chamar a tabela de temporalidade de instrumento da informática, quando ela é instrumento arquivístico de gestão documental que define prazos de guarda e destinação. A letra E é contraditória: relatórios longos e com informações irrelevantes prejudicam, e não favorecem, a transparência e a tomada de decisão.

Regra de ouro: captura/digitalização é transformar papel em arquivo digital; indexar é colocar metadados; controlar versões é guardar o histórico; workflow é o trâmite das etapas. Não troque um pelo outro.

## QUESTÃO 55

Entre os métodos padronizados, há aquele que consiste na combinação de letras e cores com o objetivo de facilitar o arquivamento e a localização dos documentos, em tal método trabalha-se com uma chave constituída de cinco cores. A determinação da cor dá-se em função da segunda letra do nome de entrada, e não da inicial. Com base nessas informações, assinale a opção que apresenta o método de arquivamento apresentado.

- (A) método unitermo ou indexação coordenada
- (B) método duplex
- (C) método decimal
- (D) método variadex
- (E) método dígito-terminal



Gabarito: **D**

### COMENTÁRIO

A alternativa D é a correta. O método variadex é um aperfeiçoamento do método alfabético que acrescenta cores ao arquivamento, trabalhando com uma chave de cinco cores, e a cor é determinada pela segunda letra do nome de entrada, não pela inicial. O uso de cores funciona como recurso auxiliar para acelerar o arquivamento e a localização, dificultando o arquivamento incorreto.

As outras alternativas descrevem métodos diferentes. O unitermo ou indexação coordenada (A) baseia-se em palavras-chave para recuperação da informação, sem chave de cores. O duplex (B) organiza o conteúdo por assuntos divididos em classes e subclasses. O decimal (C) também é ideográfico por assunto, dividido em dez classes numeradas de 0 a 9. O dígito-terminal (E) organiza por números lidos em grupos a partir dos dígitos finais, sendo numérico, e não baseado em cores.

Regra de ouro: cor + segunda letra do nome = variadex. Se a questão falar em cinco cores definidas pela segunda letra, marque variadex sem hesitar.

## QUESTÃO 56

Conhecido princípio arquivístico estabelece que os documentos de um arquivo devem refletir a estrutura e as atividades da organização que os produziu, formando um conjunto interligado e natural, tal como as partes de um organismo vivo. Com base nessa informação, assinale a opção que apresenta a correta denominação desse princípio arquivístico.

(A) organicidade



(B) unicidade

(C) indivisibilidade

(D) cumulatividade

(E) territorialidade WWW.

Gabarito: **A**

### COMENTÁRIO

A alternativa A é a correta. O princípio da organicidade estabelece que os documentos de um arquivo refletem a estrutura, as funções e as atividades da entidade produtora, mantendo entre si relações que os tornam um conjunto orgânico e interligado, tal como as partes de um organismo vivo. Por isso o documento de arquivo não é avulso: ele só se compreende plenamente dentro do conjunto que o originou.

As demais não correspondem à definição. A unicidade (B) diz respeito ao caráter único de cada documento dentro do conjunto, ainda que existam cópias. A indivisibilidade ou integridade arquivística (C) trata da impossibilidade de fragmentar ou desmembrar o fundo. A cumulatividade (D) refere-se ao acúmulo natural e progressivo dos documentos ao longo da atividade. A territorialidade (E) está ligada à vinculação do arquivo ao território ou jurisdição em que foi produzido.

Regra de ouro: se a banca usar a imagem de organismo vivo e de documentos que refletem as atividades da instituição, o princípio é organicidade.

### QUESTÃO 57

No contexto da arquivologia, os repositórios digitais confiáveis têm um papel fundamental na guarda de documentos digitais, assegurando sua gestão adequada e sua permanência disponível para uso futuro. Com base nessas informações, assinale a opção correta a respeito de repositórios digitais confiáveis.

- (A) São plataformas que permitem qualquer modificação nos documentos digitais, desde que autorizada pelo usuário.
- (B) Não exigem metadados descritivos, pois a integridade digital é garantida apenas pelo formato do arquivo.
- (C) São sistemas voltados apenas para fins acadêmicos, sem aplicação em instituições privadas.
- (D) São utilizados exclusivamente para armazenar cópias impressas de documentos digitalizados.
- (E) Devem seguir critérios de autenticidade, segurança, interoperabilidade e preservação de longo prazo. ✓

Gabarito: **E**

#### COMENTÁRIO

A alternativa E é a correta. Repositórios digitais confiáveis são sistemas voltados à guarda e à preservação de documentos arquivísticos digitais a longo prazo, e por isso devem observar critérios como autenticidade, integridade, segurança, interoperabilidade e preservação de longo prazo, garantindo que o documento permaneça acessível, confiável e utilizável no futuro.

As demais contrariam a própria finalidade do repositório confiável. A letra A está errada porque o repositório não pode permitir qualquer modificação no documento; ao contrário, ele protege a integridade e a autenticidade, registrando e controlando alterações. A letra B erra ao dispensar metadados, que são essenciais para descrição, gestão e preservação. A letra C restringe indevidamente o uso a fins acadêmicos, quando se aplica a instituições públicas e privadas. A letra D confunde repositório digital com depósito de cópias impressas, sendo que ele lida com objetos digitais.

Regra de ouro: repositório digital confiável existe para preservar com autenticidade, integridade e por longo prazo. Toda alternativa que permita alteração livre, dispense metadados ou fale em papel está errada.

### QUESTÃO 58

O atendimento de qualidade depende de uma comunicação clara. Assim, para que o cidadão compreenda informações complexas, o agente público deve fazer uso de uma linguagem adequada. Considerando essa informação, assinale a opção que apresenta a técnica de atendimento que reduz tensões e conflitos durante o atendimento.

- (A) escuta crítica
- (B) dissonância cognitiva
- (C) controle emocional
- (D) linguagem corporal
- (E) tom de voz



Gabarito: **C**

#### COMENTÁRIO

A alternativa C é a correta. O controle emocional é a técnica de atendimento por meio da qual o agente público mantém a calma e a postura diante de situações de tensão, evitando reagir de forma impulsiva e conseguindo, assim, reduzir conflitos e desarmar atritos no atendimento ao cidadão. É justamente a habilidade que diminui as tensões durante o contato.

As demais não respondem ao que foi pedido. A escuta crítica (A) está mais ligada a julgar ou avaliar o que se ouve, e o atendimento de qualidade pede escuta ativa, e não crítica. A dissonância cognitiva (B) é um conceito da psicologia que designa o desconforto de manter ideias contraditórias, não uma técnica de atendimento. A linguagem corporal (D) e o tom de voz (E) são elementos da comunicação que apoiam o atendimento, mas, isoladamente, não são apresentados como a técnica que reduz tensões e conflitos.

Regra de ouro: quando a questão pedir o que acalma o atendimento e evita o conflito, pense em manter a calma do atendente, ou seja, controle emocional.

### QUESTÃO 59

Em relação aos elementos de grafia e de estrutura do padrão ofício, expressa no Manual de Redação da Presidência da República, assinale a opção correta.

- (A) Todo o texto referente ao assunto, inclusive o título, deve ser destacado em negrito.
- (B) O fecho para comunicações será "Respeitosamente,"
- (C) O nome da autoridade que expede o ofício deverá ser grafado com as iniciais maiúsculas, em negrito.
- (D) Não se deve numerar as páginas de um ofício.
- (E) A impressão jamais deve se dar em ambas as faces do papel.



Gabarito: **A**

#### COMENTÁRIO

A alternativa A é a correta conforme o Manual de Redação da Presidência da República. No padrão ofício, o campo assunto deve trazer todo o texto, inclusive o título do assunto, em negrito, justamente para destacar de imediato o teor da comunicação ao leitor.

As demais contrariam o Manual. A letra B erra porque, na 3ª edição do Manual, há apenas dois fechos para comunicações oficiais: Respeitosamente para autoridades superiores e Atenciosamente para autoridades de mesma hierarquia ou inferiores; logo, não é o único fecho. A letra C erra ao mandar grafar o nome do signatário em negrito, pois o Manual recomenda nome e cargo sem negrito. A letra D contraria a regra de que, a partir da segunda página, as páginas devem ser numeradas. A letra E está errada porque o Manual admite a impressão nos dois lados do papel (frente e verso), como medida de economia e sustentabilidade.

Regra de ouro: no padrão ofício, só o campo assunto vai em negrito; fechos são apenas Respeitosamente e Atenciosamente; e a impressão frente e verso é permitida.

## QUESTÃO 60

Assinale à alternativa correta no que se refere à correspondência oficial, conforme o Manual de Redação da Presidência da República,

- (A) Quando o destinatário da correspondência for um particular, deve-se utilizar, no vocativo, o tratamento Senhor ou Senhora, seguido do nome do particular, e nunca o vocativo Prezado Senhor ou Prezada Senhora.
- (B) O uso de Digníssimo (DD) e de Ilustríssimo (Ilmo.) confere a formalidade de tratamento necessária às comunicações formais do serviço público.
- (C) O vocativo, que é uma invocação ao destinatário, deve ser redigido, nos documentos oficiais, sempre seguido de vírgula. ✓
- (D) Na identificação do signatário do documento, o cargo ocupado por pessoa do sexo feminino deve ser empregado no gênero masculino, por este ser considerado genérico.
- (E) Na grafia de datas, deve-se utilizar a sigla da unidade da Federação depois do nome da cidade onde foi expedido o documento.

Gabarito: **C**

### COMENTÁRIO

A alternativa C é a correta. Segundo o Manual de Redação da Presidência da República, o vocativo é a invocação dirigida ao destinatário e, nos documentos oficiais, deve ser sempre seguido de vírgula, como em Senhor Diretor, ou Excelentíssimo Senhor Presidente da República,.

As demais erram. A letra A está incorreta porque, para particular, o Manual admite o vocativo Senhor ou Senhora seguido do nome, e o emprego de Prezado Senhor ou Prezada Senhora não é vedado. A letra B contraria o Manual, que aboliu o uso de Digníssimo (DD) e de Ilustríssimo (Ilmo.), por já se pressupor a dignidade e a consideração no trato oficial. A letra D está errada porque o cargo ocupado por mulher deve ser flexionado no feminino, e não mantido no masculino genérico. A letra E inverte a regra de datas: usa-se o nome da cidade seguido apenas da data, sem a sigla da unidade da Federação.

Regra de ouro: vocativo sempre com vírgula; Digníssimo e Ilustríssimo foram abolidos; cargo de mulher vai no feminino; e na data não se coloca a sigla do estado.

## Quer ir além do simulado?

Estude com os Resumos 360 da SEDES/DF: todo o edital esquematizado, com tabelas, macetes e questões comentadas.

CUPOM EXCLUSIVO

# ALUNO10

10% de desconto em qualquer Resumo 360 da linha SEDES/DF

<https://resumos360.com.br/simulado-tdas-sedes/>

[resumos360.com.br](https://resumos360.com.br) · [@resumos.360](https://www.instagram.com/resumos.360) · [youtube.com/@resumos.360](https://www.youtube.com/@resumos.360)